



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2021**

-----Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2021, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariado pelo Sr. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. **Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;**-----
 - 2. **Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;**-----
 - 3. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;**-----
 - 4. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;**-----
 - 5. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;**-----
 - 6. **Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;**-----
 - 7. **Designação de 3 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**-----
 - 8. **Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal;**-----
 - 9. **Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra;**-----
 - 10. **Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;**-----
 - 11. **Delegação de competências da Assembleia Municipal no Presidente da Câmara Municipal – Assunção de compromissos plurianuais – Autorização prévia;**-----
 - 12. **Dirigentes – Despesas de representação;**-----
 - 13. **Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC'2021, a cobrar em 2022;**-----
 - 14. **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar no ano de 2021, a cobrar em 2022;**-----
 - 15. **Imposto Municipal sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2022 (IRS) – Fixação da taxa.**
- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Pedro Miguel Pinto Mendes, Francisco Manuel Soares Cordeiro e Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharrá Gorjão da Mata, Andredina Gomes Cardoso e Paulo do Carmo de Sá Caetano;-----

-----Pelo Grupo Municipal do CHEGA - Maria Madalena Cartaxo Serra e Celestino Daniel Vitor Gaio; -

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo;-----

-----A Deputada Independente Anabela Ribeiro Pinto da Rocha;-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz.-----

-----Comprovada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quinze minutos.-----

-----O Presidente da AMS informou que o Deputado Vitor Ribeiro Antunes, do Grupo Municipal da CDU, não poderia comparecer por motivos familiares, tendo sido substituído pelo Eleito Francisco Manuel Soares Cordeiro.-----

-----O Presidente da AMS informou ainda que a Segunda-secretária da Mesa, a Deputada Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, igualmente do Grupo Municipal da CDU não tinha comparecido por motivos de saúde, tendo sido convocada a Eleita Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho.-----

-----Também a Deputada Silvia Marina de Melo Montanha, do Grupo Municipal do CHEGA, não pôde comparecer por motivos profissionais, tendo sido substituída pelo Eleito Celestino Daniel Vitor Gaio.-----

-----Por se tratar da primeira vez que estavam presentes nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleitos, tendo o Presidente da Assembleia Municipal declarado investido nas suas funções de Deputados da Assembleia Municipal, desejando votos de um bom trabalho aos novos Deputados.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Firmino de Jesus, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Polido, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Souza Oliveira.-----

-----Relativamente a informações, o Presidente da AMS começou por dizer que havia datas já previstas para o mês de dezembro, nomeadamente a Sessão referente às Grandes Opções do Plano, no dia 28 de dezembro, e que devido à especificidade das matérias, seria dividida para uma data que, tal como havia sido acordada na reunião da Comissão de Líderes, estava previsto o seu desdobramento para o dia 07 de janeiro mas que com as medidas ontem anunciadas, esta data era desaconselhada para a sua realização, sendo depois, no seio da Comissão de Líderes, acordada uma nova data. Disse estar também prevista a habitual reunião conjunta de todas as Comissões, para a apresentação do documento das GOP's e que estava a ser ponderado o dia 20 de dezembro para a sua realização.-----

-----Referiu ainda que, como habitual, todo o expediente desde o início do Mandato 2021/2025 estava disponível na PAM's e que poderia ser colocada qualquer questão pelos Deputados.-----

-----Sugeriu que esta sessão fosse dividida e após a votação, e estando presentes 24 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, dividir a presente sessão extraordinária em 2 reuniões, tendo a sua organização e divisão, ficado do seguinte modo:-----

- Reunião de 26/11/2021:-----
- Período de Antes da Ordem do Dia;-----
 - Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;-----
 - Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:-----
 - 1. Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;-----
 - 2. Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes;-----
 - 3. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
 - 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra;-----
 - 5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação;-----
 - 6. Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal;-----
 - 7. Designação de 3 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----
 - 8. Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal; -----
-----9. Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra; -----
-----10. Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----
-----11. Delegação de competências da Assembleia Municipal no Presidente da Câmara Municipal – Assunção de compromissos plurianuais – Autorização prévia;-----
-----12. Dirigentes – Despesas de representação; -----
-----Reunião de 17/12/2021:-----
-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;-----
-----Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:-----
-----13. Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC'2021, a cobrar em 2022;-----
-----14. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar no ano de 2021, a cobrar em 2022; -----
-----15. Imposto Municipal sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2022 (IRS) – Fixação da taxa.
-----Foi ainda deliberado, por **unanimidade**, e sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, transitar o ponto 7. “Designação de 3 cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”, para uma próxima sessão, atendendo a que a Mesa da Assembleia Municipal estava a aguardar informação complementar em função da comunicação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----
-----Teve início ao “**Período Antes da Ordem do Dia**”, tendo sido aprovada por **unanimidade**, a Ata da primeira reunião de funcionamento da AMS, realizada no dia 18 de outubro de 2021.-----
-----Foi cedida a palavra à Deputada Anabela Rocha, que cumprimentou todos os presentes e disse ter solicitado a palavra em protesto pelo facto da Ordem de Trabalhos publicitada na convocatória não incluir o PAOD, tal como era designado no Artigo 30º do Regimento. Por outro lado, disse estranhar que não estivesse presente uma secção de perguntas ao Presidente da Câmara. Disse ainda que só tinha ficado ciente da existência de um PAOD aquando da receção dos documentos que dele iriam fazer parte, ou seja, já fora do prazo de entrega de novos documentos, não lhe tendo sido facultada a possibilidade de propor algo mais que pretendesse. Disse tratar-se de uma situação irregular e que esperava que não se repetisse.-----
-----Prosseguindo os trabalhos, foi cedida a palavra ao Primeiro-secretário da Mesa, Álvaro Monteiro,

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Abílio Vieira**, cujo teor se passa a transcrever:

-----“Faleceu no passado dia 17 de Novembro, aos 96 anos, o Padre Abílio Vieira, Padre Abílio como carinhosamente era conhecido por todos os Sesimbrenses.-----

-----Pároco de Santiago durante 23 anos era também um homem muito ativo nas causas públicas, tendo estado ligado à fundação do Agrupamento 325 dos Escuteiros e a vários cargos no Grupo Desportivo de Sesimbra onde chegou a desempenhar funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral num dos períodos de glória do futebol do clube.-----

-----Em 2008 recebeu da Câmara Municipal de Sesimbra a Medalha de Mérito Municipal Grau Prata. Recordamos as suas palavras nesse momento onde afirmou “em Sesimbra tornei-me Sesimbrense e mesmo após tantos anos, conservo recordações maravilhosas desta terra e destas gentes, das quais muito me orgulho”.-----

-----Mais um Sesimbrense de adoção que parte, abalando assim a nossa comunidade que apesar da idade já avançada do Padre Abílio lamenta tão grande perda.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 26 de Novembro manifesta o seu pesar aos familiares, amigos e comunidade católica.-----

-----Foi ainda respeitado um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Dar conhecimento:-----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia; Família; Paróquia de Santiago; Diocese de Setúbal; Agrupamento 325 Escuteiros; Grupo Desportivo de Sesimbra e Comunicação Social local e regional.”-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, o Voto de Pesar com o título “**Padre Abílio Vieira**” e guardou um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----De seguida, o **Deputado Rui João Rodrigues** cumprimentou todos os presentes e prestou algumas declarações relativamente à Saudação que a seguir se transcreve:-----

-----“A água, à semelhança do ar que respiramos, é indispensável à manutenção da vida, embora ambos com a condicionante de serem bens finitos. É certo que abundam as “cimeiras” os “dias” e as “cartas” a alertar para esta condicionante, mas em circunstância alguma podemos ficar descansados ou indiferentes.-----

-----A água para consumo humano é uma vertente do mesmo problema e a sua disponibilização com qualidade fiável, é fundamental para uma sociedade saudável e um direito de relevante importância para qualquer cidadão, para todos os cidadãos.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Importam estas notas prévias para exaltar a distinção com o “Selo de Qualidade do Serviço de Águas” outorgada pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, à Câmara Municipal de Sesimbra, enquanto entidade gestora, em baixa, da distribuição de água para consumo humano no nosso concelho.*-----

-----*O reconhecimento, atinente aos anos de 2019 e 2020, distingue entidades gestoras com desempenho considerado relevante, de acordo com os critérios fixados pela ERSAR, que incluem a existência de um rigoroso sistema de avaliação dos serviços prestados, e indicadores como água segura, perdas reais de água, ou ocorrência de falhas no abastecimento.*-----

-----*No concelho de Sesimbra a qualidade da água para consumo humano é verificada através de análises periódicas efetuadas por uma entidade certificada, previstas no Programa de Controlo da Qualidade da Água. A recolha de amostras é feita nos furos de captação, para analisar a qualidade na origem, e na rede de distribuição, para aferir o tratamento e a qualidade da água distribuída.*-----

-----*Celebrar a distinção agora obtida constitui um reconhecimento a todos os intervenientes no processo, designadamente os trabalhadores e os eleitos da autarquia, e um incentivo para que continuem na rota do desenvolvimento com segurança e qualidade.*-----

-----*Dar conhecimento à ERSAR e Câmara Municipal de Sesimbra.*-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Saudação era um motivo de satisfação para o Concelho de Sesimbra e que o recurso “água” que se tinha o privilégio poder usufruir nesta região do País era absolutamente extraordinário e havia o reconhecimento de que a gestão desse mesmo recurso, na Península de Setúbal, era de saudar, significando que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha conseguido, desde há vários Mandatos, resolver um conjunto de problemas que eram sistemáticos neste Município e que todos se lembravam daquilo que eram as faltas de água nas alturas do Verão que pareciam estar definitivamente resolvidas. Disse que com este reconhecimento, estava-se a falar de um recurso vulnerável a nível nacional e que se deveria continuar a pugnar pela sua proteção e preservação, acrescentando um sentido de responsabilidade ao município de Sesimbra, sobre todas as iniciativas e projetos que viessem a ocorrer no futuro e que pudessem pôr em causa este mesmo recurso. O Deputado referiu a concordância do Grupo Municipal do PS com esta Saudação.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes e disse que era uma satisfação a entrega de um Prémio pela água que chegava às torneiras das nossas casas mas que, infelizmente, a satisfação não era tão grande com a chegada da fatura da água. Referiu que este

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

prémio era um incentivo e que era do conhecimento de todos que este custo decorria deste custo de exploração que era falível e que seria necessário fazer também investimentos para melhorar as perdas tidas nas captações e em algumas ruturas, que se tinha em todo o lado, mas que esse investimento teria de ser feito para que se pudesse ter também esta água de tão boa qualidade a preços mais suportáveis.

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Anabela Rocha** que disse que o seu voto seria favorável e disse que esta questão da água se manter pública era fundamental e que concordava com a intervenção do Deputado Carlos Macedo, havendo margem para rever os preços da água e que sabia que a fatura incluía outros serviços que não só a água, mas que se no orçamento camarário havia cerca de 10 milhões de euros de lucro anuais nesses serviços, havia margem para essa revisão.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse ser perfeitamente natural e expectável o desconhecimento de alguns dos eleitos relativamente à faturação da água. Referiu que, tradicionalmente, o nome do documento que se recebia em casa era “Fatura da água” mas que desde alguns anos a esta parte, o seu nome era “Fatura de Serviços Urbanos” e que incluía três áreas distintas e que muitas das vezes, a tendência dos cidadãos era dizerem o que pagavam de água mas também se pagavam outras taxas associadas à água como o lixo e o saneamento. Estes três serviços eram distintos e tinham Entidades gestoras também distintas. Disse que a gestão da água estava internalizada dentro da Câmara Municipal e não havia uma empresa concessionária, sendo um serviço fundamentalmente prestado pelo município de Sesimbra. Disse haver o serviço de saneamento que tinha uma parte de responsabilidade da rede “em baixa” do município de Sesimbra e “em alta” por parte da Simarsul e que havia um terceiro serviço de recolha de tratamento de resíduos que também tinha “em baixa”, na recolha de indiferenciados no Concelho, uma parte que era alocada à responsabilidade do município e uma parte que tinha a ver com a recolha seletiva e o tratamento desses mesmos resíduos que estava alocada à Amarsul.-----

-----Disse que havia duas taxas, a de resíduos e a de gestão hídrica e que eram taxas cujo valor nem sequer revertia para o município, mas para a Administração Central. -----

-----Salientou que esta fatura incluía três serviços em simultâneo faturados no mesmo documento e podia afirmar que desses serviços, aquele que neste momento tinha uma recuperação de custos a rondar os 100%, era a gestão do serviço da água e que o saneamento e resíduos apresentavam défices, ou seja, aquilo que eram os encargos entre a Câmara Municipal e as empresas concessionárias, apresentava um défice de 10% no caso do saneamento e de mais de 10% no caso dos resíduos. Disse ainda que se deveria ter a perceção que a definição dos tarifários não dependia exclusivamente do município mas da Entidade

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Reguladora e reconhecia que um serviço da água mais eficiente poderia levar a uma redução deste serviço mas aquilo que se pagava na denominada “Fatura da água”, era o mesmo de saneamento e de água e um pouco menos de resíduos. Acrescentou que se fosse aplicada a recuperação de custos a 100%, ter-se-ia de pagar mais de saneamento do que de água e ainda mais de resíduos do que de saneamento e de água e esse era o caminho que, muito provavelmente, seria inevitável nos próximos tempos, em primeiro lugar porque todos os encargos de produção eram muito maiores do que se se tratasse de uma zona concentrada urbana e a verdade era que iria acontecer que no próximo ano, o défice tarifário nos resíduos iria aumentar face àquilo que era o ano de 2021 devido ao aumento das tarifas da Amarsul e da taxa de resíduos. Disse que mesmo que a CMS fosse conseguindo justificar aquilo que tinha sido feito até agora e não imputar ao cidadão os encargos acrescidos que o município tinha com estes dois serviços, era verdade que em termos de Candidaturas, se não houvesse uma exceção por parte da Administração Central, a regra geral era que os municípios que incumprissem com uma recuperação de custos que fosse superior a 10%, não teria acesso a Fundos Comunitários nem ao acesso a essas mesmas Candidaturas. --

-----Referiu ainda que quer o saneamento, quer os resíduos, mas particularmente os resíduos, estavam concessionados a empresas privadas e aquilo que era uma realidade há alguns anos atrás da privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), era que os municípios conseguiam fazer esse serviço com tarifas mais baixas, mantendo o mesmo serviço de qualidade e antes da privatização, com uma empresa com 6 milhões de euros de lucro de reservas financeiras que foram logo distribuídos no primeiro ano de privatização e neste momento era uma empresa que apresentava um défice porque tinha de distribuir dividendos e que o município de Sesimbra recebia cerca de 2%, correspondentes à percentagem de ações nos 49% que estavam sobre gestão dos 9 municípios da Península de Setúbal. ----

-----Para terminar, o Presidente da CMS disse que enquanto não se revertesse a ideia de que a gestão do lixo era para se fazer lucro e regressar à esfera pública, era garantido que o caminho não seria de baixar valores das faturas. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por **unanimidade**, a Saudação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “**Selo de Qualidade do Serviço de Águas**”.-----

-----O **Presidente da AMS** informou que os munícipes tinham um período de intervenção nesta Sessão, a seguir ao Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) mas que estava Regimentado 30 minutos para o PAOD e que se poderia sobrepor outros 30 minutos, havendo o hábito de, após essa discussão do PAOD, suspender o mesmo, dar a palavra aos cidadãos e retomar-se a discussão dos documentos do Período de Antes da Ordem do Dia para evitar que os munícipes tivessem de permanecer até muito tarde

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para poderem intervir. Informou que para esta intervenção, os cidadãos deveriam dirigir-se à funcionária do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal para preenchimento de um formulário.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e apresentou a **Moção sob o tema “Por mais e melhor saúde no Concelho de Sesimbra”**, que se transcreve:-----

-----“Desde o início da pandemia, Portugal já registou 18.310 mortes e 1.119.784 casos de infeção pelo vírus SARS-CoV-2, estando ativos atualmente mais de 40 mil casos, que têm exigido um acompanhamento e esforço sobre-humano e incedível da parte de todos os profissionais de saúde, mas também outros profissionais e demais sectores da sociedade para dar resposta à epidemia. -----

-----As alterações profundas provocadas pela COVID-19 no quotidiano das pessoas tiveram - e têm ainda - impactos na sua saúde mental e bem-estar psicológico e exigem a tomada de medidas para garantir a prestação universal de cuidados de saúde de proximidade e de qualidade. Os profissionais que estão nos centros de vacinação, que acumulam com os centros de saúde, e também nos hospitais, apresentam níveis elevados de exaustão.-----

-----Portugal encontra-se na quinta fase da epidemia e apresenta uma incidência de infeções de mais de 200 casos por 100 mil habitantes, sendo mais elevada na população jovem. -----

Atualmente, são elegíveis os utentes com idade igual ou superior a 65 anos, que não tenham tido a infeção e com o esquema vacinal completo há pelo menos 150 dias, sendo que o processo de vacinação da dose de reforço contra a Covid-19 prevê a vacinação de 900 mil pessoas até 19 de dezembro. -----

-----No entanto, urge acelerar o reforço da vacinação, de forma que a quebra da eficácia das vacinas, não coincida com o período mais crítico, o Inverno, altura em que há mais gripes e doenças respiratórias, e o reforço da vacinação covid-19, com a vacina da gripe administrada se encontre concluído. -----

-----É urgente o reforço de meios para os centros de vacinação, para os centros de saúde e também em alguns hospitais, de modo a fortalecer as unidades de saúde pública, que face ao aumento do número de casos, brevemente vão deixar de conseguir fazer todos os inquéritos epidemiológicos que são indispensáveis para acompanhamento da pandemia, sem deixar para trás todas as outras atividades dos hospitais e dos centros de saúde, que a acontecer tem consequências graves na atividade programada.--

-----São necessários Serviços Comunitários, articulados com Serviços Hospitalares e com os Cuidados de Saúde Primários; cobertura regular dos serviços hospitalares de psiquiatria e saúde mental, sem assimetrias; e mais profissionais em todas as áreas da saúde: médicos, enfermeiros, psicólogos e outros técnicos, inclusive, de saúde mental, valorizando as carreiras e a sua colocação onde mais falta fazem; E é

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

preciso mais investimento. -----

-----Sesimbra não é exceção. Não obstante a disponibilidade da Câmara Municipal de Sesimbra, para o funcionamento de dois centros de vacinação, de modo complementar, e bem assim, no transporte, por forma a dar resposta a três freguesias, apenas se mantêm em funcionamento um Centro de Vacinação, obrigando à deslocação de pessoas idosas e com dificuldades de mobilidade, numa distância superior a 20 quilómetros, com elevados tempos de espera, em filas em pé e ao frio. -----

-----A situação de rutura em que se encontram muitos serviços e valências nos equipamentos existentes resultam de insuficiências, também estruturais, contribuíram para a inaceitável degradação das condições de acesso à saúde, pela população do concelho de Sesimbra.-----

É certo que a nova unidade de saúde de Sesimbra, se encontra em fase de construção, e foi lançado o concurso para a nova unidade de saúde da Quinta do Conde (em que se exige “um serviço adequado para urgências básicas”, com recursos humanos e técnicos, em funcionamento aos feriados, fins de semana e durante a noite, entre as 20:00 e as 08:00), e que vem dar resposta às necessidades de parte da população, que há muito vêm reivindicando por mais e melhores condições.-----

-----Contudo, torna-se insuficiente, para uma população que está em crescendo, como é o caso da Freguesia da Quinta do Conde. Também no Serviço de Atendimento Permanente: É urgente garantir o acesso de todos à saúde na Quinta do Conde onde mais de quinze mil utentes não têm médico de família; Em Santiago, o serviço de atendimento complementar realiza-se entre as 15h e as 21h, obrigando os utentes a aguardar pela sua vez, na rua, ao frio e ao vento, doentes, sem as condições mínimas condignas, de conforto e bem-estar, quando a sala de espera está completamente vazia. É urgente alterar estas condições, devolver o espaço aos utentes permitindo que aguardem pela sua vez dentro da sala de espera. -----

De salientar as Instalações degradadas e deficiências estruturais, da USF do Castelo. A falta de médicos e outros profissionais da saúde, incluindo o deficiente número de recursos humanos, bem como a falta de material de diagnóstico;-----

-----Torna-se necessário, criar mecanismos e condições para que os utentes possam regressar aos Centros de Saúde e respetivas Unidades de Saúde Familiares, de modo a garantir o direito à saúde, pois só através da promoção da prevenção primária e secundária, a todos e a todas, e em todas as idades, no acesso aos rastreios e às consultas através dos médicos de família, se evita o recurso às urgências hospitalares.-----

-----Por outro lado, o combate à pandemia tem tido efeitos nefastos nos doentes não covid, com a

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

suspensão e atrasos nas consultas, aumentando as listas de espera, bem como, nas cirurgias, exames de diagnósticos complementares e de rastreios.-----

-----Sesimbra, dista a cerca de 30 quilómetros do hospital de referência, Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, cujas urgências, estão a colapsar e encontram-se em rutura os blocos operatórios, a oncologia, a maternidade, a anestesia, etc... É urgente a ampliação do Hospital de São Bernardo e a requalificação do serviço de urgência, bem como a valorização das carreiras dos profissionais de Saúde.-----

-----Também a construção do Hospital do Seixal/Sesimbra é urgente, por forma a que os utentes de Sesimbra (e concelhos limítrofes) tenham uma resposta mais célere nas consultas de especialidade e no ambulatório. Os eleitos da Assembleia Municipal de Sesimbra reiteram a defesa da construção do Hospital no Seixal, sendo que a decisão tomada na Assembleia da República é o reconhecimento das graves lacunas que há vários anos atingem a população da Península de Setúbal;-----

-----A epidemia veio confirmar a importância da existência de uma estrutura de saúde pública forte, com capacidade, interventiva na prevenção e na promoção de saúde, próxima das comunidades. No entanto, salienta-se a ausência de meios e recursos humanos, em número suficiente e com vínculos estáveis, para o rastreamento, identificação de surtos e quebra de cadeias de transmissão, bem como, em outras áreas para fazer face às exigências, tendo em conta o impacto das doenças respiratórias na saúde das populações, bem como, noutras doenças, sendo necessários esforços sustentados de todos os setores para maximizar os ganhos em saúde, para que ninguém fique para trás, visando mais e melhor saúde! --

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 26 de novembro de 2021 delibera:-----

----- Alertar para a necessidade de aumentar a elegibilidade do reforço da vacinação para as faixas etárias mais baixas;-----

----- Reivindicar a abertura de um Centro de Vacinação na freguesia da Quinta do Conde, mantendo o Centro de Vacinação na freguesia de Santiago, em funcionamento;-----

----- Reforçar a necessidade de afetação de mais recursos humanos, técnicos e tecnológicos nos centros de saúde, centros de vacinação e hospitais;-----

----- Solicitar a criação de condições, para alterar os locais de vacinação para os Centros de Saúde ou Unidades de Saúde familiar, mais próximas dos utentes e sempre que possível coincidente com as consultas;-----

----- Pugar pela Construção do Hospital do Seixal/Sesimbra;-----

----- Pugar por mais investimento no Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, no reforço de meios humanos, técnicos e tecnológicos;-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Pugnar pela Requalificação das instalações da USF do Castelo;* -----
----- *Reclamar por um atendimento digno e de qualidade, no Serviço de Atendimento Complementar, na freguesia de Santiago;* -----
----- *Exigir a reabertura e o acesso urgente dos utentes à sala de espera, do atendimento complementar da Freguesia de Santiago, onde os utentes doentes possam aguardar pela sua vez com condições mínimas, dentro da sala de espera, e não na rua ao frio e ao vento onde o tempo de espera se mantém, numa altura em que se prevê uma vaga de frio e o período crítico de inverno.* -----
----- *Dar conhecimento da presente moção:* -----
----- *Presidente da República; Primeiro-Ministro; Ministra da Saúde; Ministro das Finanças; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; Direção Geral de Saúde; ACES Arrábida; Unidades de Saúde familiar do concelho de Sesimbra (Santiago, Castelo e Quinta do Conde); Comunicação Social Local e Regional e Nacional; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.* -----
----- A Deputada começou por dizer que esta Moção vinha evidenciar uma série de necessidades emergentes que careciam de soluções rápidas e urgentes. Referiu que a pandemia ia na quinta vaga e considerava-se urgente acelerar o reforço da vacinação, principalmente porque se estava a chegar um período crítico, uma altura em que havia mais gripes e doenças respiratórias. Salientou o reforço de meios para os Centros de Vacinação, Centros de Saúde e também hospitais, com o fortalecimento das Unidades de Saúde Pública face ao aumento do número de casos e que os centros de saúde iriam deixar de conseguir fazer todos os inquéritos epidemiológicos indispensáveis para o acompanhamento da pandemia sem deixar para trás a atividade programada. -----
----- Disse ser necessário também o funcionamento de dois Centros de Vacinação e que se no passado, nesta Assembleia, se reivindicava a abertura do Centro de Vacinação em Sesimbra na Freguesia de Santiago, agora também era reivindicada a abertura do Centro de Vacinação da Quinta do Conde por forma a dar resposta às três freguesias, evitando a deslocação de pessoas idosas, com dificuldades de mobilidade numa distância superior a 20 km, com alguns tempos de espera e filas, em pé e ao frio. Deveria criar-se mecanismos e condições para que os utentes pudessem regressar aos Centros de Saúde e respetivas Unidades de Saúde Familiar de modo a garantir o direito à saúde e a promoção da prevenção primária e secundária evitando o recurso às urgências hospitalares porque a Covid-19 tinha tido efeitos nefastos também nos doentes não Covid, com atrasos nas consultas, aumentando as listas de espera, entre outros exames de diagnóstico. -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Salientou que Sesimbra distava a cerca de 30 km do hospital de referência, o Hospital de São Bernardo em Setúbal, cujas urgências e outros serviços estavam em rutura. Era também preciso valorizar as carreiras dos profissionais de saúde e que este hospital tivesse uma requalificação permitindo a melhoria significativa no seu financiamento. A Deputada salientou também o alerta para a construção do Hospital do Seixal/Sesimbra e que Sesimbra se mantivesse incluída na área de influência do mesmo. Disse que uma vez que os profissionais de saúde estavam num esforço muito grande, cujo trabalho tinha vindo a ser incedível, se deveria louvar e saudar a sua dedicação e o seu empenho, sendo necessário o seu reforço e continuação de privilegiar e proteger estes profissionais e o Serviço nacional de saúde (SNS). --

-----A Deputada alertou ainda para a necessidade de se aumentar a elegibilidade do reforço da vacinação para faixas etárias mais baixas, reivindicar a abertura do centro de vacinação da Quinta do Conde, mantendo o Centro de Vacinação da freguesia de Santiago em funcionamento, reforçar a necessidade de afetação de mais recursos humanos, técnicos e tecnológicos nos Centros de Saúde, Vacinação e Hospitais, solicitar a criação de condições para alterar os locais de vacinação mais próximos dos utentes e sempre que possível, coincidentes com as consultas, pugnar pela Construção do Hospital do Seixal/Sesimbra, pugnar por mais investimento no Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, no reforço de meios humanos, técnicos e tecnológicos, pugnar pela requalificação das instalações da USF do Castelo, reclamar por um atendimento digno e de qualidade, no Serviço de Atendimento Complementar, na freguesia de Santiago. Disse ainda que a reabertura e o acesso urgente dos utentes à sala de espera, no atendimento complementar da Freguesia de Santiago era urgente, para que os utentes doentes pudessem aguardar pela sua vez com condições mínimas, dentro da sala de espera, e não na rua.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que os Deputados já tinham conhecimento da sua apresentação referente a um documento que acabava por ter um enquadramento parecido com o apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. Em seguida, o Deputado propôs à Mesa e à bancada da CDU que se integrasse uma parte do seu documento, propondo apenas que se acrescentasse ao seu documento, o melhoramento do serviço de informação relativamente ao funcionamento do Centro de Vacinação.-----

-----Tomou do uso da palavra ao **Deputado Carlos Filipe de Oliveira** que cumprimentou todos os presentes, desejando a todos um bom Mandato, com desejos de resolução de alguns dos problemas do concelho nestes próximos 4 anos. -----

-----Relativamente ao documento, o Deputado disse que esta Moção tinha várias facetas e vários objetivos. Com um, todos estariam de acordo e tinha a ver com a questão do Covid-19 e com a

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

necessidade de se reestruturar ou reformular a situação das vacinações, voltar a pôr a funcionar os Centros de Vacinação prematuramente desarticulados.-----

-----Havia outra componente política, que tinha de ser denunciada, pois a CDU apresentara um documento no qual fazia um caderno reivindicativo como se não estivesse nesta Autarquia há uma série de anos com a maioria absoluta nem tivesse feito parte da geringonça em termos do apoio ao Governo Central. Vê-se ser reivindicada a necessidade de um Hospital e de um conjunto de uma série de coisas, o que era verdade, mas como um caderno reivindicativo de quem agora havia chegado e nunca tinha cá estado e que agora se iria reivindicar para fazer rapidamente, o que era, no mínimo, caricato e era “gozar” com as pessoas, porque isto deveria ter sido feito durante os anos em que tinham tido maiorias absolutas e que tinham participado no Governo.-----

-----Esta era a grande questão e se se estava de acordo relativamente a um conjunto de coisas, nomeadamente em relação à questão do Covid-19, não se poderia estar de acordo com o caderno reivindicativo nem votar favoravelmente porque seria branquear aquilo que tinha sido a atividade da CDU na sua intervenção relativamente à Saúde e que se não o fizera antes, também não o conseguiria fazer agora.-----

----- Reafirmou que a bancada do PPD/PSD não votaria favoravelmente esta Moção, mas também não votaria contra a mesma porque entendia haver algumas questões de pormenor, nomeadamente a questão do Covid-19 de que era necessário reativar rapidamente os Centros de Vacinação.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse que quando o Grupo Municipal do PS olhou para a presente proposta da CDU, havia ficado baralhada e explicou que quando se fazia uma sopa na sua casa, retiravam-se os ingredientes do frigorífico, colocava-se tudo numa panela e no final saía uma sopa e aquando da leitura desta proposta, ficaram com a impressão que se tratava de um conjunto de propostas soltas que foram sendo submetidas no Mandato anterior, misturadas numa só, tendo resultado uma espécie de Moção sem o mínimo de objetividade porque se falava de questões de Covid, Centros de Vacinação, Centros de Saúde, da questão do Centro de Saúde de Santiago, do Centro de Saúde do Castelo e do Centro de Saúde da Quinta do Conde (o Deputado referiu que o Executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde fizera aprovar há algumas semanas, uma proposta sobre a necessidade de alteração do Projeto), urgências, listas de espera, falta de médicos quando era a própria Ordem dos Médicos que, insistentemente, estava a deixar que não houvesse novas aberturas nas Universidades, causando precisamente a falha de médicos no Serviço Nacional de Saúde. É ainda referido o Hospital de São Bernardo, o Hospital do Seixal e estava-se perante

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma panóplia de propostas que daria para toda a gente, em que cada um poderia tirar uma medida e rever-se naquela que mais lhe interessasse.-----

-----Referiu que tudo isto tinha um efeito muito pouco prático e estar-se-ia a votar um documento que não teria grande efeito porque era uma panóplia de assuntos e que era complicado ver algum efeito naquilo que estava a ser proposto.-----

-----Disse ainda que o Grupo Municipal do PS não se conseguia rever neste tipo de proposta porque a mesma perdia o foco e o efeito.-----

----- Relativamente à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, o Deputado disse haver um foco e que a mesma estava a apontar para um conjunto de problemas que a nossa população local estava a sentir todos os dias e deixou o desafio, para quem tivesse essas competências, que pudesse ajudar e não era estar a apontar as responsabilidades para a Câmara mas dizer que a Câmara Municipal, possivelmente, poderia ajudar junto das outras Entidades também a que este problema se resolvesse. Na sua opinião, a proposta do BE estava muito mais focada e teria todo o apoio do PS e já a proposta da CDU, face ao conjunto de pontos que tentava abordar, dava algumas dificuldades para o PS se rever mas era claro que estas preocupações eram de toda a população e, tal como já havia sido referido, também não se viam a votar contra a mesma porque eram problemas que existiam mas a falta de foco e a dispersão de ideias não poderia levar o PS a votar favoravelmente.-----

-----Interveio o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que a bancada da CDU estava de acordo em relação à proposta Deputado Carlos Macedo em inserir um pequeno parágrafo na parte deliberativa do documento da CDU, e que, segundo o Deputado do BE, sobre a parte reivindicativa, que fosse feito um esforço da melhoria da informação aos munícipes relativamente ao funcionamento do centro de vacinação para a sua melhor e mais regrada utilização.-----

-----Sobre a intervenção do Deputado Carlos Filipe de Oliveira, disse que não devia ter assistido às Assembleias Municipais decorridas desde que se ausentara deste órgão porque dizer que a CDU só agora se preocupava com estes assuntos, denotava, e pedia desculpa pela consideração que tinha pelo Deputado, um desconhecimento absoluto daquilo que tinha sido a intervenção da CDU ao longo destes Mandatos, sobre aquilo que tinham sido as reivindicações pela saúde relativas ao concelho de Sesimbra. Desde já, pela necessidade da construção do Centro de Saúde da Quinta do Conde porque tinha sido feito um Centro de Saúde que, de facto, aquando da sua inauguração já não dava resposta à população e hoje já estava no terreno o Projeto e, em princípio, a construção de um segundo novo Centro de Saúde.-----

-----Referiu que a CDU sempre havia reivindicado, junto do Governo, a construção rápida e urgente

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Hospital do Seixal para dar resposta ao concelho de Sesimbra visto que a população se deslocava mais de 30 km para Setúbal, com os serviços que todos conheciam e que infelizmente, tinha levado a que alguns médicos tivessem pedido a admissão dos seus cargos e que as condições eram do terceiro mundo e a CDU sempre havia reivindicado a construção de um novo Centro de Saúde de Sesimbra, nunca se tendo alheado destes problemas. O Deputado acrescentou que a construção do novo Centro de Saúde de Sesimbra se devia muito àquilo que tinha sido o papel interventivo reivindicativo da CDU porque se não fosse o Executivo da Câmara Municipal de Sesimbra, se calhar, hoje ainda não estaria em construção o novo Centro de Saúde de Sesimbra, da mesma forma que não se teria o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde em fase de Projeto. Afirmou que a CDU não abdicava de reivindicar e que o PCP e os Verdes não tinham estado no Governo e que tinham aprovado o Orçamento Geral do Estado mas que também, quando perceberam que quando se andava nas negociações do *faz-de-conta*, o voto tinha sido contra.--

-----Em relação à intervenção do Deputado Sérgio Faias, disse que, de facto, os problemas da Saúde eram muitos e não eram avulsos e havia aqui um enquadramento, em que o Covid-19 tinha vindo agravar a situação débil que já se tinha na Saúde de todo o País e não era por culpa da Ordem dos Médicos que não havia médicos no SNS mas por culpa dos Governos do Partido Socialista e do PSD porque tinham sido esses Governos a desqualificar as carreiras médicas, de enfermeiros e de auxiliares técnicos do Serviço Nacional de Saúde que os tinha levado, uns a emigrar e outros a ir para o Privado porque o objetivo era destruir o SNS e privatizar, daí não haver investimento e serem elencados uma série de problemas que o Covid tinha agravado. Em relação aos Centros de Vacinação, disse que não eram da responsabilidade da Câmara Municipal de Sesimbra mas pelos ACES e no nosso caso, o ACES-Arrábida. Referiu que em tempos, tinha havido um Centro de Vacinação a funcionar na Quinta do Conde e outro pronto a funcionar e montado na freguesia de Santiago e que nunca tinha sido aberto por nunca ter havido uma resposta do Serviço Nacional de Saúde nem do ACES-Arrábida mas que, às custas da Autarquia, tinha sido aberto e que entretanto se fechara o da Quinta do Conde, não dando alternativa às pessoas e que agora tinha de ser a população da Quinta do Conde a deslocar-se para Sesimbra e que as falhas eram, em absoluto, da responsabilidade do Governo. Saliu que a Câmara Municipal não tinha responsabilidades na Saúde do concelho de Sesimbra e que tinha sido um parceiro efetivo na resolução dos problemas no concelho em relação à Saúde. Disse ainda, esperar que não viesse a ter esta responsabilidade porque esta descentralização de competências que se avizinhava não era uma descentralização de competências mas uma descentralização de incompetências na área da Saúde, na área da Educação e daquilo que o Governo não tinha feito e que deveria fazer e que estava a “empurrar” para as Autarquias a responsabilidade

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sobre as mesmas. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que pediu aos Deputados alguma capacidade de síntese, pois havia bancadas a duplicar e a triplicar os pedidos de intervenção e que o PAOD ainda era extenso e estava-se a cerca de 20 minutos de completar uma hora de PAOD. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Carlos Filipe de Oliveira** que disse que talvez fosse defeito próprio não se ter feito entender. Em relação à questão do Covid-19, aquilo que tinha dito era qua a parte da Moção lhe parecia interessante, motivo pelo qual a bancada do PPD/PSD não votaria contra. Relativamente ao resto, repetiu que a CDU tinha vindo apresentar um caderno reivindicativo de um conjunto de necessidades, mas que deveria ter pugnado pelas mesmas quando teve condições para tal, nomeadamente enquanto teve condições de maioria absoluta na CMS e enquanto teve proximidade do Governo e fez parte da chamada “geringonça”, podendo ter tido alguma influência nas questões da Saúde que eram importantes para o Concelho. O Deputado disse poder ter andado muito distraído mas ainda se lembrava que antes de sair desta Assembleia Municipal há 12 anos, já se falava no Hospital do Seixal há mais de 20 anos e se, em determinada altura em que a CDU estava próximo do Poder e tinha a possibilidade de influência sobre o Governo e não o tinham conseguido, agora era só uma questão de retórica e de se andar a aprovar Moções porque já estava visto que não se chegaria a lado nenhum. Referiu que, por outro lado, a Moção tinha uma questão reivindicativa do foro laboral que não lhe parecia que fosse importante naquilo que era a solução dos problemas em termos de Saúde no concelho de Sesimbra e portanto, a bancada do PPD/PSD também não se revia neste tipo de Moção em que, tal como dissera o Deputado Sérgio Faias, acabava por ser uma sopa e não só, tinha ingredientes que não faziam parte desta sopa. -----

-----Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda, pediu que o Deputado não retirasse a sua Moção porque a bancada do PPD/PSD também se revia no texto da mesma e na sua importância porque era objetiva e tinha a ver com o interesse da população do concelho e neste momento, era urgente resolver um problema que tinha a ver com a abertura dos Centros de Vacinação e disse ainda que a proposta teria o voto favorável desta bancada. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que votaria favoravelmente a proposta apresentada pela CDU e que pela situação em concreto e pela necessidade de ter a maior abrangência e o maior apoio, o que faria sentido, depois do exposto pelas diversas bancadas, seria manter a sua proposta de forma independente. O Deputado Propôs à Mesa da AMS que os dois documentos fossem votados favoravelmente, já que estavam a ser debatidos conjuntamente, ao que o

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Presidente da AMS respondeu que tinha estado a ser debatida a mesma temática mas que o documento ainda não tinha sido exposto e o público também não o conhecia e iria ser aproveitada a presença do público para isso mesmo e acreditava que quando se chegasse à discussão deste documento, não fosse tão extensa e que ainda assim, o Deputado faria depois a sua apresentação. -----

-----Teve o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha** que disse que votaria favoravelmente esta Moção e que subscrevia na íntegra, as palavras do Deputado Rui João Rodrigues. A Deputada disse que aquilo que não se podia branquear, e era a narrativa que a direita estava a “vender” neste momento, era o facto de os Partidos que tinham feito parte da “geringonça” tinham sido sistematicamente defraudados naquilo que tinham exigido e conseguido nos orçamentos mas que depois não foi cumprido. Referiu ter sido essa suspeita e essa dificuldade de confiança a gerar a situação atual. Por outro lado, disse que a Moção era diversificada e extensa, o que era lamentável, mas porque o Governo falhava praticamente em toda a linha. Disse haver matérias da responsabilidade do Estado e apesar de também achar que a Câmara Municipal, com os tais 10 milhões de euros anuais que tinha para investir, poderia em algumas situações, ter mais iniciativa, por exemplo, no caso do Centro de Saúde da Quinta do Conde, de ser feito mais cedo mas o facto é que a maior parte dos investimentos e soluções aqui mencionadas eram da responsabilidade do Estado e tinha de ser o Estado a responder.-----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mesquita** que saudou todos os presentes e disse que deixaria uma nota muito breve daquilo que tinha sido a intervenção da CDU sobre esta matéria, debatida através desta Moção. Começou por lembrar que Portugal havia sido o primeiro, a nível europeu, em termos de taxa de vacinação e também um dos primeiros do Mundo e era importante não esquecer estes pormenores que eram bastante importantes, quando comparado os Países Baixos e Alemanha, o colosso europeu, que estava a braços com a pandemia devido à baixa de taxa de vacinação. Para terminar, disse que a CDU teria de andar um pouco mais atenta sobre esta matéria porque nos deveríamos lembrar e pasme-se, quando a própria Organização Mundial da Saúde descrevia o Serviço Nacional de Saúde português um dos melhores do mundo, e atenção que Portugal não devia ser o principal financiador da Organização Mundial da Saúde (OMS) era de estranhar que se pudesse ter aqui hoje uma lista desta ordem a criticar consecutivamente, as ações e as opções do Governo relativamente a esta matéria. Disse ser verdade que existiam falhas e que algumas coisas já podiam ter sido resolvidas se as condições financeiras do País que o tivessem permitido mas também não era menos verdade que a CDU também tinha feito parte da tal “geringonça” e provavelmente, também tinham conhecimento do porquê das coisas não terem sido feitas, a não ser que, eventualmente, estivessem na “geringonça” para levantar o braço de vez em

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

quando, embora não parecesse que tivesse sido esse o caso.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que lembrou que a Resolução 147 da Assembleia da República de 18 de dezembro de 2015 tinha sido aprovada, com a abstenção do PSD, a favor da construção do Hospital do Seixal, na sequência de uma Petição Pública entregue pela Plataforma “Juntos Pelo Hospital do Concelho do Seixal” onde reconhecia graves lacunas.-----

-----Relativamente à analogia da sopa referida pelo Deputado Sérgio Faias, disse não saber se o Deputado já teria feito uma sopa mas a mesma tinha vários ingredientes e a base de sopa poderia ser a batata a cebola a cenoura e depois poderiam ser colocados vários legumes e que neste momento, a sopa que o Ministério da Saúde tinha, e daí a necessidade de ter sido colocado nesta Moção, as necessidades do concelho de Sesimbra, era a falta de médicos de família no concelho de Sesimbra e que na Quinta do Conde, mais de metade da população não tinha médico de família. Referiu ainda que o Hospital de Setúbal tinha, neste momento, mais de 300 horas de trabalho suplementar esgotadas, a Obstetrícia tinha 11 médicos quando deveria ter 21, e a Oncologia tinha 2 médicos quando, anteriormente, tinha 8. Disse que este Hospital tinha também um quadro envelhecido com médicos com mais de 50 anos nas urgências, as macas nos corredores chegavam a ser mais de 50 e a própria já havia testemunhado ver médicos a trabalhar depois do seu turno de trabalho, a manterem-se lá por dedicação e por humanidade a quem lá estava e, sem ganhar mais, ou seja, as pessoas davam, voluntariamente, mais do seu trabalho e isto refletia-se pelo facto da pandemia Covid-19 ter salientado e evidenciado estas necessidades. Disse que o facto de as pessoas ficarem sem acesso às Unidades de Saúde Familiar tinha levado a que se enchessem depois as Urgências do Hospital e era de tudo isto que se falava e tinha que se voltar a abrir o acesso aos serviços de proximidade para as pessoas voltarem a ter o acesso à Saúde da forma o mais regular possível para evitar as Urgências e com que os serviços ficassem completamente esgotados e ninguém colocara aqui em dúvida nem em causa, que o Serviço Nacional de Saúde era um dos melhores do mundo, muito à custa da dedicação e empenho dos profissionais de saúde e de voluntários e também do sentido de missão e responsabilidade de muitos profissionais de saúde que deixavam as suas famílias para se dedicarem exclusivamente a estar nos hospitais horas a fio. Salientou que aquilo que estava em causa eram as medidas que a própria Ministra da Saúde tinha admitido à TSF por exemplo, que o Hospital de Setúbal era um hospital com carências persistentes.-----

-----O **Presidente da AMS** lembrou que se estava a atingir os 60 minutos do PAOD e que havia ainda mais duas intervenções, para além da intervenção do Presidente da Câmara e que havia a inscrição de um munícipe e que após a discussão deste documento, lhe seria dada a palavra.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e disse que a intervenção do deputado Carlos Filipe de Oliveira não a surpreendia porque a partir do momento em que mandaram emigrar profissionais de saúde, estava tudo dito a respeito da política do PSD para a Saúde. Disse ficar surpreendida ao comparar-se os cuidados de saúde e o acesso à saúde dos sesimbrenses com sopa. Era verdade que esta terra era uma terra de sopas mas para a Deputada, era verdadeiramente triste fazer esta comparação e era lamentável porque a Moção se chamava “Por mais e melhor Saúde no Concelho de Sesimbra” e não era por um melhor Centro de Vacinação, nem era para o Hospital do Seixal e que, ao longo de mais de 20 anos, a CDU havia lutado por melhores cuidados de Saúde aos Sesimbrenses, tanto na Assembleia Municipal como na Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia, nas tomadas de posição com a população, em manifestações públicas como algumas que tinham havido há alguns anos no jardim de Sesimbra e ninguém podia vir dizer que a CDU se havia demitido e que agora vinha apresentar um caderno de encargos. Disse que a CDU estava a reiterar toda a luta e todos os pedidos que tinha vindo a fazer pela Saúde no concelho de Sesimbra e a iria apresentar tal como estava, quer fosse sopa, feijoada ou caldeirada, e que quem a quisesse aprovar, aprovava mas que esta bancada não se iria demitir da função de defender um melhor acesso e melhores cuidados de saúde à população de Sesimbra. -----

-----Em relação ao Centro de Saúde da Quinta do Conde, disse ter sido recebida uma proposta aprovada pelo Executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, o que era de saudar e acompanhar porque desde sempre que a CDU dissera que o Projeto, quer o que já estava em funcionamento quer aquele que seria construído na Quinta do Conde, eram claramente insuficientes para responder ao número de Quinta-condenses que não tinham médico de família, assim como se sabia que tínhamos o melhor Serviço Nacional de Saúde mundo e era natural que fosse reconhecido pelas Entidades mas o que eles reconheciam era o sistema como ele funciona, como estava concebido e como permitia o acesso, coisa que nos outros países não existia e o facto de o termos como tínhamos, devia-se aos profissionais que davam de tudo o que tinham para que funcionasse, às vezes mais do que a sua própria vida familiar, e era lamentável terem de o fazer porque deviam ser reconhecidos por isso, mais do que um “bater palmas”. Já sobre a taxa de vacinação, disse que não era surpresa porque Portugal sempre tivera um alto nível de vacinação e isso devia-se aos cidadãos acreditarem na vacina porque os outros países tinham um baixo nível devido a muitos cidadãos não acreditarem na vacina. Salientou que os portugueses eram cumpridores e os sesimbrenses também o eram mas isso não queria dizer rigorosamente nada em relação às questões discutidas neste documento.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Presidente da AMS** disse que o *email* referido pela Deputada Sandra Carvalho tinha sido enviado pelo Executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e referia-se a uma deliberação para que fosse utilizada para os fins achados mais adequados e a Mesa da AMS achara que deveria ser difundido por todos os Deputados.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e disse que este era quase um dia quente no Inverno, pois o tema da saúde era sempre um tema que aquecia o ambiente. Disse ser profissional de saúde e talvez tivesse um olhar um pouco diferente, ou talvez mais tranquilo, relativamente a algumas questões. Em relação à questão da sopa, disse não ter sido mencionado que estas diferentes questões conferiam uma sopa e aquilo que se referira foi em relação ao documento e a forma como estava construído. Sobre a vacinação, disse que Portugal tinha das melhores taxas de vacinação e que sem dúvida que se devia à disciplina da população, disciplina essa, criada ao longo de décadas e décadas de um bom Serviço Nacional de Saúde que fez sempre uma aposta muito forte na vacinação, tanto que se tratava de uma prática antiga que foi sempre consolidada ao longo do tempo, levando a que se pudesse ter os excelentes índices de vacinação de hoje e não se devia apenas ao facto de as pessoas serem ou não obedientes ou das pessoas serem favoráveis ou não favoráveis à vacina e era sabido que havia situações completamente diferentes em diferentes países, em que numas, as coisas aconteciam de uma forma, noutras havia mais recursos e outras não tinham praticamente recursos e também se sabia que existia uma injustiça enorme ao olhar-se para o global e não apenas para dentro da Europa e dos países que nos estavam mais próximos. Não havia dúvidas que Portugal, nesta área, podia dar lições a toda a gente. -----

-----Quanto à prestação de serviço, ao serviço pós-horário e à missão, disse existir no sistema de saúde, como existiam em todas as outras profissões, profissionais mais comprometidos com as causas e que a própria, tinha ido para a Cruz Vermelha Portuguesa com 17 anos e uma das primeiras coisas que tinha aprendido era que havia hora para entrar e não havia hora para sair e todos os profissionais de saúde sabiam isso, ou pelo menos, era suposto saberem e terem isso incorporado em si próprios.-----

-----Referiu que os profissionais de saúde sabiam que a Saúde era uma missão e naturalmente, se houvesse melhores condições e mais profissionais de saúde, todas as coisas podiam ser mais fáceis mas também não podia deixar aqui de lembrar que havia falta de quadros mas que várias vagas tinham sido abertas para esta zona, inclusive para o Hospital de São Bernardo e que não se tinha conseguido preencher aquelas vagas, porque houve várias vagas foram abertas e não se havia conseguido fixar mais médicos. A Deputada deu um exemplo muito simples de comparação de um profissional que ia trabalhar

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para o Público e um que ia para o Privado: um pediatra que trabalhe no Privado, numa consulta de 30 minutos, cobrava 80€ e ao fim de 10 consultas ganhava bastante e era natural que o SNS não podia competir com este tipo de salários, e se se entrasse nesta discussão do Público do Privado, nunca mais se sairia daqui. Disse que tinha sido feito um trabalho com a Comissão “3” no anterior Mandato, que infelizmente, não tinha sido possível ir mais além, pois pretendia-se a realização de uma Sessão Temática e se calhar estas questões já teriam sido revistas de outra de outra forma mas não podia deixar de frisar que não era possível haver muitos mais Centros de Vacinação porque os recursos humanos eram limitados e tinha de se adequar aquilo que eram os recursos físicos áquilo que eram os recursos humanos e as coisas não eram nem seriam perfeitas e era óbvio que se tentava adequar o melhor possível áquilo que existia.-----

-----Relembrou ainda que no orçamento que tinha sido chumbado, havia um valor de 700 milhões de euros para a questão da Saúde e lembrou também que o valor do Hospital do Seixal se encontrava em Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), uma outra guerra, e para terminar, lembrou ainda a todos que o Covid não havia terminado e que se devia continuar a insistir na prevenção e na tal educação e disciplina que era necessário que toda a gente tivesse para que as coisas pudessem correr melhor no futuro, e que graças a uma boa taxa de vacinação, se estava numa situação diferente para melhor, quando comparado com muitos outros países. -----

-----O **Deputado Rui João Rodrigues** disse que em conversação com o Deputado Carlos Macedo, e uma vez que o BE iria manter o seu documento, a redação da proposta da CDU se manteria a original.---

-----Cedida a palavra ao **Presidente da CM**, este começou por explicar que quando se falava que a CM tinha 10 milhões para investimento, queria dizer que o Município de Sesimbra em sede do seu orçamento normalmente tinha para despesas de capital entre 7 a 10 milhões de euros, e era daí que saía toda a despesa de capital e todo o investimento, desde da recuperação das estradas, da construção e reabilitação de escolas, de aquisição de viaturas, tudo. O que significava que em média teria entre 35 a 40 milhões de euros em despesa corrente. -----

-----Clarificou que o que estava no PRR do Hospital do Seixal não era a construção, mas sim o equipamento, e partia do pressuposto que o PRR tendo que ter executado todo o seu plano até 2026, significava que na pior das hipóteses em 2026, de acordo com as contas que estavam no PRR do Governo, estariam a equipar o Hospital do Seixal. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, esclareceu que, não querendo usurpar funções dos deputados municipais, no conhecimento da presente moção estava referido o IGFEJ, e julgava que devia de ser um lapso porque essa entidade tinha a ver com a justiça.-----

Disse que mais uma vez, não querendo usurpar funções, mas o conhecimento e a transmissão de informação eram propícios para os deputados municipais votarem na melhor consciência e adaptarem os respetivos documentos àquilo que seria o melhor entendimento. Relativamente aos centros de vacinação, explicou que neste momento tinham em funcionamento o Centro de Vacinação de Sesimbra, não porque o Município tivesse pedido ara que houvesse uma transferência da Quinta do Conde para Sesimbra. O centro de vacinação da Quinta do Conde tinha encerrado quando as autoridades de saúde haviam determinado que era para ser encerrado, e tinha sido solicitado, uma semana ou 15 dias depois, a abertura do centro de vacinação de Sesimbra para inoculações simultâneas da vacina da gripe e da 3ª dose da vacina da Covid-19 para pessoas com mais de 80 anos. -----

-----Como sabiam, a estrutura do centro de vacinação de Sesimbra estava montada desde março de 2020 e preparada para adensar a vacinação em Sesimbra durante o período mais crítico de vacinação, e nunca tinha sido utilizado. Acrescentou que o mesmo tinha sido montado não por entendimento de livre e espontânea vontade do Município, mas porque tinham existido indicações da ARS e particularmente do ACES para que o mesmo fosse montado para aumentar em 50% a capacidade e por outro lado evitar as deslocações entre as freguesias. -----

-----Disse que o que acontecia neste momento era que o centro de vacinação de Sesimbra estava a funcionar a cerca de 30% da sua capacidade. Neste momento o horário de funcionamento era das 09h00 às 13h00 e em determinados fins-de-semana. O Município tinha conhecimento que o centro iria abrir ao sábado e ao domingo por decisão das autoridades de saúde, muitas vezes à quinta-feira à noite ou à sexta-feira de manhã, portanto a comunicação era possível quando era sobretudo sistemas de “porta aberta”.-----

-----O número de Box’s que existiam eram em número igual às que tinham existido no centro de vacinação da Quinta do Conde, e das 8 eram utilizadas entre 3 a 4 no período entre as 09h00 e as 13h00, portanto estava a 30% da sua capacidade. -----

-----Referiu que ainda hoje tinham tido uma reunião dos municípios da AML com o Secretário de Estado da Saúde, com a Diretora Geral da Saúde e com o Coronel Penha Gonçalves que acompanhava esta fase de vacinação. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que neste momento era prudente que se aguardasse por um lado, a informação que havia de chegar nos próximos dias relativamente às metas de vacinação em função daquilo que era a perspetiva de vacinação nacional dos escalões a vacinar. Iria haver a vacinação dentro das próximas semanas das crianças dos 5 aos 12 anos, cujo programa de vacinação estava a ser preparado neste momento.-----

-----Disse também que se iria aferir município a município esses dados que não existiam hoje, as necessidades em função desta meta que também seria acompanhada pelo evoluir da pandemia, das necessidades ou não de se abrir mais centros de vacinação ou, no caso de Sesimbra, ainda com uma expansão de quase 70% de capacidade de resposta. Acrescentou que não fazia nenhum sentido ter neste momento um centro de vacinação a 30% ou 35% da sua capacidade, se pedir para montar um outro centro de vacinação com todos os recursos humanos que eram necessários também por parte do município, porque era o município que assegurava todos os recursos humanos com exceção dos profissionais de saúde, fosse de higienização, de limpeza, de controlo de acessos ou para preenchimento de questionários. Não fazia nenhum sentido porque se não corriam o risco de acontecer o mesmo que tinha acontecido em março de 2021.-----

-----Disse que esta era uma recomendação à CM e que a mesma a fazia chegar a quem de direito, mas tinham aprendido durante este período que viviam, e fazia mais sentido haver um reforço de proximidade, nem que fosse de mais 50 a 150 de inoculações diárias nas respetivas unidades de saúde com a capacidade que pudessem vir a ter até com períodos e dias específicos para reforçar se houvesse necessidade, do que propriamente terem 2 centros de vacinação a fazer 30% ou 40% da sua capacidade total.-----

-----A informação que precisavam de ter que deveria chegar na próxima semana ao município, era da percentagem de vacinados já com mais de 65 anos. A percentagem de vacinados com mais de 65 anos tinha sido onde, na primeira fase de vacinação, tinham sentido mais dificuldade no transporte entre Sesimbra e Quinta do Conde, porque como sabiam também não havia transportes públicos. Mas, a partir daí tinham sido mais residuais, todos os problemas levantados sobre a mobilidade entre uma freguesia e outra.-----

-----De seguida, disse que independentemente de entrarem aqui numa discussão de culinária ou gastronómica e doméstica sobre se era sopa ou caldo, achava que a saúde devia de ser uma sopa com todos os ingredientes para todos os portugueses e não só para os sesimbrenses. Acrescentou que tinham



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma “sopa” com muita batata e muita água e poucos legumes no País inteiro e Sesimbra não fugia à regra.-- -----

-----Disse também que havia um conjunto de questões das mais diversas ordens no documento, e tinha um conjunto de problemas elencados, se eles eram de uma abrangência tal, mas que todos diziam respeito a problemas, não parecia um caderno reivindicativo da CDU mas sim um caderno reivindicativo dos problemas e necessidades das populações porque sabiam como é que estava o Centro de Saúde de Santana, sabiam os problemas que tinham com a falta de médicos no Centro de Saúde de Sesimbra e viam nas redes sociais as pessoas a reclamar, todos sabiam do problema de falta de médicos e infraestruturas na Quinta do Conde, e todos sabiam se fossem para ao Hospital de São Bernardo, o tempo, as horas, as dificuldades e os problemas que tinham. -----

-----Também todos sabiam, que era inevitável, que se tivessem um hospital a 10 minutos da centralidade do Concelho de Sesimbra, que era o do Seixal, que era um hospital de proximidade, resolveria parte dos problemas.-----

-----Se todos os problemas que estavam elencados no documento eram difíceis de votar favoravelmente porque eram resolução de problemas das populações, então não sabia quais eram os seus papéis.-----

-----Disse que compreendia as palavras do Deputado Carlos Oliveira porque tinha estado afastado 12 anos da política, mas julgava que o mesmo não tinha estado afastado dos problemas e das questões do Concelho. Acrescentou que Sesimbra não era um município que se limitava a reivindicar, porque se hoje havia a construção de uma unidade de saúde em Sesimbra, devia-se muito ao trabalho do município e dos respetivos eleitos, obviamente os da CDU porque estavam cá em maioria, mas de todos. -----

-----Hoje havia condições para terem mais uma unidade de saúde na Quinta do Conde, que sabiam que não daria resposta à totalidade dos utentes, mas assumiam que sendo aquela a única possibilidade que a ARS colocava de construir e de ter uma resposta num curto espaço de tempo, porque tinha resultado de uma reivindicação do Município relativamente aos encargos que a transferência da solução 1+1 em Santiago tinha levado para a solução do Calvário, e tinha havido boa vontade e boa-fé da ARS LVT em arranjar aquela solução. -----

-----Acrescentou que preferia que fosse outro Centro de Saúde ou uma Unidade de Saúde maior, mas que não fosse o Ministério da Saúde ou as autoridades de Saúde a dizer que aquela unidade de saúde não se fazia porque os autarcas de Sesimbra queriam outra coisa. Era exatamente a mesma coisa que a Escola Secundária da Quinta do Conde, todos sabiam que fazia falta uma escola secundária mas não rejeitavam,

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

se houvesse uma solução para aumentar a oferta do Ensino Secundário na Michel Giacometti também aceitavam. -----

-----Por fim, disse que tinham de ter cuidado muitas vezes com aquilo que diziam, e acrescentou, dirigindo-se ao Deputado Carlos Oliveira, que durante estes últimos 12 anos o mesmo tinha acabado por estar na mesma “máquina de lavar” em que muita gente tinha estado, onde se tinha colocado um camisolão de lã azul, que era o Governo, e uma camisa branca que era uma autarquia, e no final da lavagem a camisa saiu azulada porque não sabiam o que é que era da responsabilidade da CM e o que era da responsabilidade do Governo. -----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha** que disse que o Hospital do Seixal já tinha ido a Concurso Público e o que se passava era que as empresas concorrentes “andavam às turras” no Tribunal. Era óbvio que o Estado deveria promover a celeridade deste Processo para que a construção começasse mas era por isso que o PRR já falava em equipamento e não em construção porque a mesma estava em vias de ser adjudicada. -----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, por **maioria**, com 12 votos a favor (10 CDU, 1 BE e 1 da Deputada Independente) e 12 abstenções (8 PS, 2 PPD/PSD e 2 CHEGA) a Moção sob o tema “Por mais e melhor saúde no Concelho de Sesimbra”. -----

-----Teve início o Período de Intervenção aos Cidadãos (PIAC) e foi cedida a palavra ao munícipe **António Lérias** que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que já tinha estado presente noutras sessões da AMS e apresentado as fotografias. -----

-----De seguida, dirigindo-se ao Vereador José Polido, disse que o Vereador tinha estado com uma equipa técnica a visitar a Aldeia da Maçã juntamente com o próprio, no dia 22 de maio de 2019. Nessa visita o Vereador tinha verificado todas as situações que existiam na Aldeia e que continuavam a existir. O que foi feito tinha sido apenas a limpeza da valeta junto ao Portão de Calhariz, para que as águas não ficassem na estrada. Tinha sido feito também um sumidouro na Rua dos Limoeiros, na rua onde morava, para que as águas não fossem para a quinta da Senhora que morava um pouco mais abaixo. -----

-----Explicou que na Rua das Laranjeiras, os esgotos continuavam a aparecer, e na Aldeia da Maçã já tinham os esgotos a funcionar. Lamentou que até agora não tivesse sido feito nada. -----

-----Disse que já tinha contactado o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), e os mesmos haviam informado que o serviço de saneamento, sendo esgotos a céu aberto, era da responsabilidade da CM verificar de onde vinha esse saneamento. Acrescentou que uma vez que os esgotos estavam montados e que a obra tinha sido feita, de algum lado tinha que vir, e a CM tinha de

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

intervir para verificar se naquela área havia canos rotos, mas julgava que não porque tinham sido feitos testes e as máquinas tinham passado para verificar se havia alguma fuga., mas quando chovia tudo aquilo ia para à Lagoa de Albufeira. -----

-----Disse ainda que morava na Aldeia da Maçã já há muitos anos, e não gostava de andar a levar com cheiros que apareciam volta e meia. Ainda hoje apareciam e havia casas que não tinham saneamentos montados.-----

-----Referiu que o ICNF tinha enviado os técnicos àquela zona, e que por casualidade os tinha encontrado e falado com eles, e os mesmos tinham dito que iriam passar a informação à CM. Mais tarde, os mesmos tinham comunicado com o próprio para informar que já tinham informado a CM sobre essa situação. Passada uma semana, um técnico da CM deveria ir ao local mencionado para verificar a situação, mas o próprio e um vizinho tinham verificado que o técnico tinha andado numa vivenda muito antiga que não tinha saneamento ligado porque a empresa que tinha feito a obra não tinha deixado nenhuma caixa para que as pessoas pudessem vir a fazer a ligação. Essas pessoas só vinham a casa uma vez ou outra, passar fins-de-semana, e cerca de um mês no período de verão.-----

-----Disse que, uma vez que a situação tinha sido reportada com a devida localização, o técnico da CM devia de ter ido a essa zona onde o esgoto estava a aparecer, e isso não tinha acontecido. O técnico tinha ido mais para o lado da Rua da Serra da Arrábida verificar os cheiros, mas ali não apareciam cheiros porque o esgoto estava na Rua das Laranjeiras.-----

-----Referiu que quando tinha sido feita a obra, a CM tinha “estragado” as entradas de algumas pessoas, inclusive o caminho para casa do Sr. Marques que era da família dos Quaresmas e que tinha um problema na perna. Acrescentou que o Engenheiro Ruben tinha verificado que essa situação era verdadeira e que tinha dito que de facto aquilo tinha de ser arranjado, mas até hoje ainda nada tinha sido feito. Pelo menos com um bocado de betão poderiam fazer o arranjo da estrada que o Senhor tinha para a entrada da sua casa e onde já tinha caído da sua mota e podia-se ter magoado.-----

-----Disse que também se tinham esquecido de mandar fazer a limpeza das ruas da Aldeia da Maçã que estavam uma vergonha. Todos os dias se varriam as ruas em Santana e em qualquer lado, mas na Maçã, no Pocinho ou na Aldeia das Pedreiras, não via lá ninguém a fazer limpezas das valetas nem de nada. -- -----

-----Tomou o uso da palavra o **Presidente da CM** para prestar esclarecimentos ao Munícipe, que começou por dizer que não era a primeira vez que o Sr. António Ihe expunha esta matéria.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que só percebendo nos serviços se havia alguma informação relativamente à situação dos esgotos a céu aberto, mas neste momento não sabia precisar e desconhecia completamente se tinha havido alguma intervenção do ICNF. Sabia que existiam algumas habitações que ainda não tinham a ligação a um saneamento, algumas até por solicitação junto do próprio Município tendo em conta que teriam de fazer por sistema de bombagem, e há época haviam solicitado para atrasar este processo.-----

-----Quando à questão da limpeza, faziam o melhor que podiam. Era verdade que não havia varredoras como existia nas zonas mais urbanas, nem na Maçã, nem nas Pedreiras, nem na Aldeia do Meco, nem na Azoia nem no Zambujal. O que havia era uma regularidade que seria tanto quanto possível, mediante a capacidade que o Município tinha para fazer a limpeza de bermas e passeios, muitas vezes com recurso aos trabalhadores do município, outras vezes com recurso a empresas externas para o efeito. - -----

-----Era uma questão que tinham vindo a tentar melhorar de ano para ano e, apesar de tudo, as reclamações e o nível de informação que iam recebendo dos munícipes era que tinham vindo a ser melhoradas de ano para ano. Sabiam que se calhar ainda estavam longe daquilo que seria o ótimo, mas tinham de ir de um ano para o outro melhorando a limpeza. -----

-----Sabiam que havia um problema que era transversal a quase todos os arruamentos da Maçã, que era a má qualidade das vias de comunicação, e não só onde tinha existido a intervenção no caminho do Senhor que tinha sido referido. Praticamente em todas as ruas, como na Rua da Laranjeira e na Rua das Macieiras, todas elas estavam num estado que não era fácil e percebia que era terrível para quem lá vivia. A expectativa que tinham era que durante os próximos anos fosse repavimentado, com ou sem a substituição da conduta a água, que poderia onerar ou desonerar mais essa intervenção, e também poder fazê-lo de forma mais rápida ou menos rápida consoante a intervenção que viesse a ser executada, mas a expectativa que tinham era que nos próximos anos viessem a ser repavimentadas.-----

-----Solicitou novamente o uso da palavra o Senhor António, que foi cedida pelo Presidente da AMS. Este explicou que o Carro-Vassoura ia ao Alto das Vinhas fazer a limpeza da caruma e dos picos nas ruas, e podia passar na Maçã para fazer uma limpeza, não todos os dias mas uma vez por ano, porque já há “n” de anos que não era limpo e que ninguém lá ia limpar.-----

-----Acrescentou que o carro ia à Aldeia do Meco porque já o tinha visto, e tinham-lhe dito que era mentira.-----

-----Tomando novamente da palavra o Presidente da CM, este disse que não era de todo verdade que se passava um ano sem se fazer a limpeza das bermas na Maçã, fosse em que arruamento fosse.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse também que não fazia sentido que a limpeza, sobretudo a varredura nos arruamentos da Maçã, fossem feitos com um Carro-Vassoura porque infelizmente tinham mais pó do que alcatrão, nem tinham bermas, era terra. O carro-vassoura ali não fazia rigorosamente nada a não ser levantar o pó. Era preciso uma reabilitação da rede viária e dos passeios, e enquanto isso não acontecesse o carro-vassoura só ia criar mais problemas do que aqueles que hoje existiam.-----

-----Usando novamente da palavra o Sr. António Lérias, este explicou que nas ruas referidas pelo Presidente, iam lá na época do verão limpar o feno e mandar para o lado com a sopradora, mas se o mesmo verificasse, no cruzamento da Maçã tinha lá um pinheiro-manso, até à antiga escola e essa rua toda não estava limpa e não iam fazer limpeza à mesma.-----

-----Logo após, solicitou o uso da palavra o Município Renato Serra, que justificou que não tinha feito a inscrição para intervir atempadamente.-----

-----O Presidente da AMS, tendo em conta a situação que não estava prevista no regimento, deixou à consideração de todos os membros da AMS a aceitação desta intervenção.-----

-----Tendo todos concordado, e alertando o Presidente que esta seria uma intervenção a título excecional, foi cedida a palavra ao **Senhor Renato Serra**, que começou por agradecer a todos a permissão para intervir sem inscrição prévia. De seguida disse que estava aqui para falar em nome de todo o Município, porque já tinham ouvido o debate sobre a saúde, um debate que não tinha acrescentado nada ao Município, e apesar de aqui todos terem estado a mandar as culpas de uns para os outros, achava que as pessoas em casa ainda não tinham percebido o que é que havia mesmo para a área da Saúde no Município.-----

-----Disse ainda que atirar culpas era fácil, mas precisavam saber o que estava previsto realmente na área da Saúde para o Município. Acrescentou que o Hospital do Seixal era um projeto já de há muitos anos, os postos de saúde que estavam para melhorar ou fazer novos, tinham também a vacinação, mas queria mesmo saber o que é que havia de novo e o que é que podia ajudar a população.-----

-----Tomando o uso da palavra o **Presidente da CM**, este começou por dizer que respondendo sobre aquilo que era responsabilidade da CM, que neste momento não era muita, a partir de 1 de abril do próximo ano seria mais alguma seguramente, independentemente de não concordarem com ela. O que tinham neste momento em “cima da mesa” era a construção da Unidade de Saúde Familiar com um custo de 2,5 milhões de euros, dos quais uma verba paga pelo Ministério da Saúde, outra proveniente de uma candidatura do Município ao Programa Portugal 2020, outra ao encargo do Orçamento Municipal. Se tudo corresse bem em Agosto/Setembro de 2022 a Unidade de Saúde poderia estar aberta.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Teria Unidade de Saúde Familiar (USF), Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados (USCP), atendimento complementar, serviços partilhados. Praticamente todos os serviços de proximidade que uma Unidade de Saúde deveria ter. Restava saber se depois haveria meios humanos para essa resposta de proximidade no Concelho de Sesimbra, principalmente na Freguesia de Santiago. O que estava previsto era que a USF dessa Unidade de Saúde, que para além dos utentes da Freguesia de Santiago, pudesse dar resposta a cerca de 3 mil utentes da Freguesia do Castelo que neste momento estavam sem médico de família. -----

-----Na Quinta do Conde, o concurso estava a decorrer e a informação que tinha mais recente era que tinha sido prorrogado o prazo devido a um conjunto de perguntas e esclarecimentos das empresas concorrentes. Portanto, esperavam que houvesse empresas a concorrer porque tinha vindo a ser um drama em todos os concursos públicos, não só do Município de Sesimbra, mas se tudo corresse bem, independentemente de saberem *à priori* que aquele equipamento era insuficiente para a resposta total da Freguesia, ficaria com cerca de 80% da população coberta com médico de família e a faltar 20%. -----

-----Quanto à questão do Hospital do Seixal, essa questão já tinha sido aqui discutida por vários deputados. Explicou que o processo do projeto de execução de construção, neste momento estava num diferendo em tribunal entre uma das empresas concorrentes, e estava a atrasar este processo, estimando-se que até 2026 o equipamento pudesse estar construído e eventualmente já a funcionar. ---

-----Havia uma expectativa anunciada mas ainda sem previsão orçamental, de alargamento das condições do Centro Hospitalar de Setúbal, que era o Hospital para o qual o Município de Sesimbra, através do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida, reportava para situações de emergência. O Hospital estava neste momento “à pinha”, sem condições e sem capacidade de recolher mais utentes. Acrescentou que o facto estar previsto não dependia do Município, nem este nem o Hospital do Seixal. -

-----Disse que na Freguesia do Castelo tinham uma USF que neste momento tinha cerca de 3 mil utentes sem médico de família que seriam “encaixados” na USF de Santiago, que nas suas opiniões, e já haviam transmitido à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT), devia de ser construída em parceria com o Município se necessário, uma nova USF no Castelo que substituísse a existente, porque efetivamente podiam haver melhorias de condições e de reabilitação daquele edificado, mas a sua localização, quer em termos de mobilidade quer em termos de centralidade e de condições de trabalho, deixava muito a desejar e fazia todo o sentido, havendo uma verba muito elevada disponível em PRR para a construção de unidades de saúde primárias, que se apontasse até ao horizonte de 2026 para a construção de uma nova USF no Castelo substituindo a atual existente. -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em termos de médicos de família e profissionais de saúde, disse que a Freguesia do Castelo tinha a USF a funcionar com a tal exceção de 3 mil utentes. Em Sesimbra estava ainda sem funcionar a USF, nem o atendimento complementar, e aquilo que propunham, apesar de não ser esse o entendimento do ACES Arrábida era que o atendimento complementar funcionasse 24 horas por dia, o que significava em tese que alguém que precisasse de um medicamento para uma criança ou alguém que fizesse um corte não tivesse de ir para Setúbal ou para outro Hospital e que pudesse ir diretamente ao atendimento de Sesimbra para questões em que não fossem necessários meios de diagnósticos profundos.-----

-----Na Quinta do Conde, neste momento, o problema era que havia uma unidade de saúde a funcionar teoricamente bem, segundo a informação que tinham, e tinham um conjunto de utentes que estavam na Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados que teoricamente tinham médico de familiar porque era atribuído para o conjunto daqueles médicos, mas não era um médico de família próprio nem um enfermeiro próprio. -----

-----Disse que era possível dar resposta, com este novo equipamento, a 11 mil e 400 utentes, ficando a faltar cerca de 5 mil. Sendo que na Quinta do Conde havia uma realidade que já estava vista entre o Município e o ACES, porque havia um conjunto muito significativo de habitantes que ainda estavam registados noutros agrupamentos de centros de saúde fora da Freguesia da Quinta do Conde precisamente porque ali não encontravam capacidade de resposta em termos de médico de família.-----

-----Disse que o papel do Município continuava a ser, sempre que necessário e sempre que possível, estar aqui para construir, para partilhar e para dar resposta em termos de saúde. -----

-----Concluiu dizendo que tanto o equipamento da Quinta do Conde como o de Sesimbra, nunca tinha sido a Administração Central a dizer que fazia falta um Centro de Saúde e a solicitar a ajuda da Câmara, normalmente era o contrário, o Município é que ia à Administração Central expor os problemas e dizer que precisavam de os resolver. Se conseguissem que quem tem a responsabilidade ajudasse o Município a resolver esses problemas, estavam cá para ajudar.-----

-----De seguida, não havendo mais intervenções do público, o **Presidente da AMS** retomou o PAOD com a Moção com o título “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, cedendo a palavra à Deputada Sandra Carvalho para a apresentação do documento. -----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** disse que esta Moção era muito parecida com outras que já haviam apresentado por ocasião deste dia sempre que existiam reuniões dos órgãos deliberativos próximos da data a que se referia o documento. Acrescentou que de facto esta era uma questão que ainda se colocava com muita premência. Já muito caminho havia sido feito mas ainda havia muito a fazer, e não apenas no

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sentido em que tinha vindo a ser feito até agora porque existia muitos tipos de violências contra as mulheres que continuavam a perpetuar-se e a haver nos dias de hoje sem qualquer explicação nem justificação.-----

-----Por fim, disse que a Moção era bastante clara e explícita e que se dispensava de mais apresentações porque era um assunto que todos conheciam e era da mais elementar justiça continuarem a celebrar esse dia e a trabalhar na eliminação da violência contra as mulheres.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Cláudia Mata** que disse que a Bancada do PS considerava, de facto, que este tema era de todo pertinente, e enquanto houvesse uma mulher vítima de violência era importante falarem sobre esse assunto.-----

-----Acrescentou que nos dias que corriam, as violências no namoro assumiam números que mereciam ser destacados com alguma predominância, e a Bancada do PS considerava que face a esse aumento de números, este tema merecia ser autonomizado na parte deliberativa.-----

-----Sugeriu que na parte deliberativa fosse introduzida uma alínea b), e que as restantes alíneas avançassem, com a seguinte redação: “Proceder ao reforço de criação e divulgação de conteúdos e ações de campanha e sensibilização para a violência no namoro a implementar no âmbito do espaço escolar”.

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que não tinham nada a opor e que aceitavam a sugestão do PS.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha**, que disse que concordava praticamente na íntegra com o documento, mas teria de votar contra devido a duas questões. Uma que sabia que era programática no Partido Comunista e que não teria qualquer hipótese de solicitar a sua remoção, que dizia respeito à questão do trabalho sexual, e a outra que considerava ser possível chegar a um acordo, nomeadamente na parte do documento onde referia “mulheres”, alterar para “pessoas que se identificam como mulheres”, porque realmente tinham de começar a ter um discurso menos “transfóbico” e mais inclusivo, e incluir também as mulheres transexuais neste tipo de documentos.-----

-----Quanto à questão do trabalho sexual, disse que continuava a achar estranho que um partido como o Partido Comunista, que sabia e defendia que viviam numa sociedade capitalista, onde o trabalho muitas vezes era exploração e não a realização pessoal nem a realização da comunidade como deveria ser, havia pessoas que optavam por exercer um trabalho sexual. Não se referia obviamente às pessoas de todas as situações que estavam criminalizadas, que eram traficadas, violadas e coagidas a esse tipo de atividades, mas sim às pessoas que optavam por esse tipo de trabalho e que deviam de ter a sua situação



Assembleia Municipal de Sesimbra

laboral regulada, com as questões de higiene, de saúde e de segurança asseguradas para que realmente pudessem exercer essa atividade em condições. -----

-----Interveio novamente a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que relativamente ao lenocínio, realmente a posição da CDU era de facto programática e era uma questão da qual não abdicavam. Relativamente à questão das mulheres transexuais, disse que estava explícito que era o Dia Internacional da Violência contra as Mulheres, e por isso, independentemente de futuramente poderem equacionar um outro documento relativamente a essa questão, neste momento, como era relativo a este dia que tinha sido declarado desta forma, não gostariam de o alterar. -----

-----De seguida, colocada à votação, foi aprovada por **maioria**, com 23 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 BE) e 1 voto contra da Deputada Independente, a Moção subordinada ao tema **“Dia Internacional pela eliminação das violências contra as Mulheres”**, que a seguir se transcreve: -----

-----*“No passado dia 25 assinalou-se o Dia Internacional pela Eliminação das violências contra as mulheres. Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercida sobre as mulheres, mas também afirmar para os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção, elementos indissociáveis da efetivação dos seus direitos na lei e na vida, e da garantia da sua participação em igualdade.* -----

-----*A violência tem múltiplas dimensões: desde logo, a estrutural, com expressão através da pobreza, da exclusão social, da exploração laboral, da insuficiência de rendimentos ou da privação de acesso a bens e serviços essenciais; ou a violência doméstica, no namoro, a violência sexual; a prostituição e o tráfico de seres humanos.* -----

-----*Importa abordar as suas causas - no plano individual e coletivo -, mas igualmente as respostas necessárias para as erradicar.* -----

-----*No que concerne à violência doméstica, consideramos que não nos devemos poupar a esforços para intervir no domínio dos fatores culturais que lhe estão associados, para vencer preconceitos e estereótipos, estimulando a mudança de mentalidades. Mas tal abordagem, não dispensa, antes pressupõe dar combate às causas económicas e sociais na génese da exploração laboral, das desigualdades e discriminações sobre as mulheres, que em si mesmas alimentam e reproduzem permanentemente diversas dimensões da violência. Não conseguimos alterar mentalidades e comportamentos enquanto a nossa sociedade viver da exploração e opressão de uns seres humanos sobre outros.-Assim, o cumprimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, é a mais profunda forma de contribuir para assegurar o direito das mulheres a decidirem sobre o seu projeto de vida, incluindo a*

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

libertar-se de contextos violentos. Cumprir os direitos das mulheres representa, em si mesmo, impulsionar mudanças profundas nos papéis de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida social e política.

-----Impõe-se, igualmente, dar visibilidade à prostituição, uma aviltante forma de exploração e violência que deve ser inscrita como uma grave violação dos direitos humanos e à imperiosa recusa em acompanhar organizações e propostas que visam legalizar o lenocínio ou classificar a prostituição como trabalho sexual.-----

-----As mulheres continuam a sofrer discriminações, nomeadamente a nível laboral, com salários mais baixos e vínculos mais precários, sendo também sobre elas que recai a maior parte do trabalho doméstico e o cuidar da família. A pandemia evidenciou o pendor económico das escolhas na partilha de tarefas no seio da família.-----

-----A Assembleia Municipal reitera que à dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres têm de corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 26 de novembro de 2021, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:-----

-----a. Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, visando dotar os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis a superar insuficiências e a poderem cumprir o seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social);-----

-----b. Proceder ao reforço da criação e divulgação de conteúdos e ações de campanha de sensibilização para a violência no namoro, a implementar no âmbito do espaço escola;-----

-----c. Exigir o cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica, com o reforço do investimento público para uma adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido e reforce a proteção das mulheres, antes e depois de ter sido atribuído o estatuto de vítima;-----

-----d. Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas de tais práticas e prevenir futuras reincidências;-----

-----e. Manter a criminalização do lenocínio;-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----f. Reconhecer a prostituição como uma aviltante forma de violência, recusando a utilização do termo «trabalho sexual»;-----

-----g. Adote programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres e apoio nas suas necessidades específicas, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, sem juízo de valor, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional;-----

-----h. Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros. -----

-----Porque estas são condições necessárias para eliminar vulnerabilidades socioeconómicas que condicionam e impedem muitas mulheres a libertarem-se de situações marcadas pela violência. -----

-----Dar conhecimento: Presidente da República; Grupos parlamentares da AR; Primeiro-ministro; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género.”-----

-----O GM do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Votámos a favor desta proposta porque consideramos ser importante marcar uma posição relativamente à questão da violência contra as mulheres, mas não queremos deixar de salientar que para além das mulheres existem outras pessoas que estão em condições de fragilidade, até no seio familiar e que também eles são objeto de violência, que é o caso das crianças, é o caso dos idosos que estão em situações muitas vezes de grande fragilidade e que são abusados por quem deles devia cuidar e receber carinho e amor, e acabam por receber maus tratos.-----

-----Portanto, não queremos deixar de salientar também que esse é um fator importante e que nos preocupa, e que não sirva esta votação e esta posição relativamente às mulheres como uma forma de exclusão, uma forma de esquecimento relativamente às outras pessoas que estão em situação de fragilidade.”-----

-----A Deputada Independente prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A deputada Anabela Rocha votou contra esta Moção por ela ser contra ver o trabalho sexual como trabalho, com direito a registo, descontos, pensões e apoios, tudo o que é normal numa vida contributiva. Se excluirmos todas as situações que são justamente criminalizadas, de tráfico, coerção e exploração por terceiros, há que reconhecer e respeitar que há pessoas que, perante a exploração em que



Assembleia Municipal de Sesimbra

são sujeitas noutros trabalhos, optam por este. Regulamentar estas profissões diminuiria o espaço para as atividades criminosas e daria a estes profissionais mais condições de segurança, higiene e saúde.

Por outro lado votou contra igualmente por se referir apenas as mulheres e não todas as pessoas que se identificam como mulheres, não incluindo assim as mulheres transexuais e não combatendo a violência transfóbica.”-----

-----Logo após, dando continuidade ao PAOD, o **Presidente da AMS** cedeu a palavra ao Deputado Sérgio Faias para que este fizesse a apresentação da Proposta subordinada ao tema **“Consulta Pública à Estratégia Local de Habitação (ELH)”**, que abaixo se transcreve: -----

-----*“A Estratégia Local de Habitação consiste num instrumento de planeamento de iniciativa municipal que resulta do Programa 1.º Direito, encontrando-se especialmente direcionada para apoiar as famílias que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.-----*

-----*A Estratégia Local de Habitação, enquanto instrumento estratégico em matéria de política de habitação à escala local deve reforçar e complementar a resposta existente para as situações de maior carência habitacional identificadas e, adicionalmente, contribuir para reforçar as dinâmicas de reabilitação urbana, fomentar uma maior regulação do mercado de habitação e, conseqüentemente, permitir uma melhoria da qualidade de vida da população e o reforço da coesão social e territorial.-----*

-----*No caso concreto do Concelho de Sesimbra, a Estratégia Local de Habitação aprovada pela Câmara Municipal, inclui a construção de edifícios para habitação pública, e outros que, a serem concretizados, irão implicar profundas alterações estruturais, e irreversíveis, no perfil urbano e na paisagem de localidades do Concelho, as quais não têm recebido o consenso da população em geral.-----*

-----*Essa falta de consenso tornou-se clara durante o período que antecedeu as últimas eleições autárquicas, tendo algumas forças políticas defendido soluções diferentes daquelas que foram assumidas pela Câmara Municipal.-----*

-----*Face aos resultados eleitorais, em que se verificou um reforço da representatividade das forças políticas que defendiam soluções alternativas, ficou clara a necessidade de uma discussão pública mais alargada sobre o tema da Estratégia Local de Habitação e a recolha de opiniões e sugestões que permitam aperfeiçoar e/ou alterar a proposta inicial.-----*

-----*Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Sesimbra, no âmbito das suas competências, delibere aprovar a realização de uma Consulta Pública à*



Assembleia Municipal de Sesimbra

Estratégia Local de Habitação proposta pela Câmara Municipal de Sesimbra, de acordo com a seguinte metodologia: -----

-----1. A Assembleia Municipal realiza uma sessão temática na qual é apresentada, e submetida à discussão, a proposta de Estratégia Local de Habitação para o Concelho de Sesimbra; -----

-----2. Após a concretização dessa sessão temática, realizam-se sessões de esclarecimento em cada Freguesia, promovidas pelas respetivas Juntas de Freguesia, dedicadas aos temas específicos dos seus territórios; -----

-----3. Procede-se em seguida à abertura do processo de Consulta Pública, que consistirá na receção de opiniões individuais ou institucionais, através de um endereço de e-mail constituído para o efeito e com recurso a um formulário previamente definido; -----

-----4. Previamente ao início do período de Consulta Pública, deverá estar disponível ao público, na página na internet da Assembleia Municipal, a documentação que sirva de suporte à análise à Estratégia Local de Habitação, o formulário de participação e a indicação do endereço de e-mail para a submissão de opiniões; -----

-----5. Após o período de receção de opiniões, que não deverá ser inferior a duas semanas, a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente e a Comissão Sociocultural deverão, durante um período equivalente ao período da consulta pública, analisar as opiniões e sugestões recebidas e preparar, em conjunto, um Relatório da Consulta Pública; -----

-----6. O Relatório da Consulta Pública deverá incluir um capítulo de Conclusões que servirá de base a uma Recomendação à Câmara Municipal sobre a Estratégia Local de Habitação, a aprovar pela Assembleia Municipal, devendo ambos os documentos ser tornados públicos através da página na internet da Assembleia Municipal; -----

-----7. Finalmente, a Câmara Municipal deverá implementar, na proposta inicial de Estratégia Local de Habitação, as alterações previstas na Recomendação, e submeter a nova versão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Da presente Proposta, após aprovada, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do concelho, Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e órgãos de comunicação social local e regional.” -----

*-----O **Deputado Sérgio Faias** começou por referir que a ELH consistia num instrumento de planeamento de iniciativa municipal que resultava do Programa 1º Direito, que tinha sido publicado e regulamentado em 2018, encontrando-se especialmente direcionada para apoiar famílias que não*

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dispunham de capacidade financeira para suportar os custos de acesso a uma habitação adequada e digna.-- -----

-----Esta ELH e o Programa 1º Direito, iam precisamente ao encontro daquilo que era uma preocupação do Governo do PS e de um objetivo que tinha colocado precisamente na celebração dos 50 anos do 25 de abril, de conseguir que a maior parte da população tivesse direito ao acesso de habitação com dignidade. -----

-----Referiu que desde 2018 que estava publicado e regulamentado este programa do 1º Direito, e que devia depois dar seguimento, em cada município, à definição dessa ELH. Sendo a ELH um documento do ponto de vista estratégico para o Concelho, tinha uma importância que devia levar a que o tema fosse devidamente divulgado e devidamente debatido, porque pelo facto de ter a palavra “estratégia”, estavam a falar da definição de orientações estratégicas, de definição de uma política que ia perdurar ao longo de vários anos e que como tal devia ser debatida, ter uma ampla divulgação e devia receber contributos de melhoria, e sabendo que os técnicos que a desenvolveram eram especializados e conheciam este domínio como poucos, também os técnicos por vezes se enganavam e não tinham acesso a toda a informação, fazia sentido e era importante que as populações participassem e tivessem a capacidade e a possibilidade de apresentar essa participação. -----

-----Por isso, o que apresentavam era uma proposta para que se realizasse uma consulta pública á ELH que já tinha sido aprovada pela CM, e que sabiam que seria proposta a esta AM muito em breve. ---

-----Disse que, sabendo que durante o período da campanha eleitoral alguns dos aspetos desta estratégia não tinham sido consensuais entre as diferentes forças políticas, consideravam que existia de facto uma necessidade de aprofundar esta discussão e de tentar perceber outros pontos de vista e se existiam de facto aspetos a melhorar, e a realização de uma consulta pública era precisamente um instrumento que permitia à população dar esses contributos.-----

-----Sabendo, no entanto, que esta ELH iria requerer para a sua implementação um vasto investimento, e sabendo que existiam candidaturas que estavam a decorrer e que o facto do debate se prolongar por muito tempo sem se apresentar uma candidatura, poderia pôr em causa precisamente essa aprovação ou pelo menos a capacidade de se submeterem essas candidaturas. Disse que ainda ontem tinham submetido, através do Presidente da AM, um conjunto de questões, e todos os representantes da comissão de Líderes sabiam que uma das questões que o PS havia colocado sempre que se falava sobre este tema era se havia prazos definidos porque tinham a preocupação de qualquer discussão que se fizesse não pudesse por em cauda a possibilidade de se promover essas candidaturas.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A indicação a essa questão tinha sido sempre a de que não havia prazos definidos, no entanto, como não queriam vir hoje para esta discussão sem ter a possibilidade e a clareza daquilo que poderia estar em causa com a apresentação desta proposta, ontem à noite haviam submetido um conjunto de questões sobre as candidaturas que se iriam colocar e sobre as entidades que tinham primeiramente de reconhecer que esta estratégia ia ao encontro da legislação e as orientações do 1º Direito, e que depois poderia então ser submetida a respetiva candidatura.-----

-----Disse que tinham recebido hoje, por volta da hora do almoço, os esclarecimentos a todas as questões que tinham colocado, e face a esses esclarecimentos, e tendo ficado com a consciência de que mesmo que fosse submetida ao IHRU esta ELH para a sua validação, era possível que posteriormente fossem submetidas alterações a essa estratégia.-----

-----Nesse sentido, tinham uma proposta inicial a que todos os deputados tinham tido acesso, onde propunham que se fizesse a discussão e que se submetesse a consulta pública e que posteriormente fosse submetida já uma versão com essas alterações ao IHRU, mas face aos esclarecimentos que tinham sido prestados, de que essas alterações podiam ser colocadas depois da validação do documento, na proposta apresentada agora propunham que quando a ELH fosse à aprovação da AM, se pudesse fazer uma aprovação condicionada e desenvolver em simultâneo à submissão do documento ao IHRU, uma consulta pública para auscultar a população, receber contributos e depois submeter as respetivas alterações ao documento inicialmente previsto pelo Município.-----

-----De seguida, passou a explicar as alterações que estavam identificadas no documento sob forma de revisão, que haviam resultado dos esclarecimentos prestados pelo Município. Nomeadamente, no 1º parágrafo, onde se detalhava o tipo de intervenções e onde contemplava a reabilitação, a aquisição de fogos para realojamento, a adequação de habitações privadas sem condições, e também a construção de novos fogos num valor que rondava os 55 milhões de euros. Reforçava também que essa estratégia, designadamente na questão da construção de novas habitações, não tinha tido consenso da população nem das diferentes forças políticas durante o período da última campanha eleitoral.-----

-----Explicou que as alterações do último parágrafo da Proposta tinham a indicação de que uma vez que a ELH já tinha sido desenvolvida em 2021, ao contrário de outros municípios que desde 2018, com a publicação da regulamentação tinham começado a trabalhar nisso mais cedo, e por isso estavam aqui limitados em termos de intervenção pública.-----

-----No entanto, face à necessidade de cumprimento dos prazos de candidatura a financiamento europeu, essencial à concretização das várias componentes do projeto, iria implicar que a eventual

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aprovação da ELH pela AM, se realizasse de forma condicionada, sujeita a posterior incorporação de propostas de aperfeiçoamento resultantes da auscultação da população. -----

-----Nesse sentido, o que se propunha era que logo em janeiro se pudesse fazer uma sessão temática sobre este tema, que em seguida se mantivessem as sessões nas juntas de freguesia para divulgação da estratégia, e que depois se desencadeasse a consulta pública e que do resultado da mesma, fosse feito aqui uma recomendação à CM que incluísse essas alterações à ELH, e que a mesma procedesse à alteração da candidatura submetida de acordo com a nova versão, já incorporando essas recomendações.

-----Usou da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues**, que começou por dizer que a Bancada da CDU tinha apenas conhecimento da primeira versão do documento, e sugeriu que o mesmo não fosse discutido hoje. Acrescentou que não era a primeira vez que isso acontecia e que os documentos eram retirados da ordem de trabalhos. -----

-----Sugeriu que o documento fosse retirado da ordem de trabalhos para o poderem avaliar e estudar e, em função disso, discuti-lo, porque neste momento, com a entrada do documento às 21h30 nos serviços da AM, não tinham tido conhecimento dele. -----

-----Interveio novamente o **Deputado Sérgio Faias** que explicou que o que tinham apresentado aqui eram alterações ao documento inicial, mas em vez de ditar as alterações, enviou uma versão do documento com as mesmas para ser mais fácil. Por esse motivo é que as alterações demonstradas estavam bem explícitas, em forma de revisão, para que se percebesse exatamente quais eram essas alterações. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que um debate sobre um documento estratégico, não se perdia só se ganhava, e apesar de ser um documento que não tinha de obrigatoriamente ter consulta pública, o facto de se pedir aos munícipes a opinião e que participasse da tomada de decisão era sempre uma mais-valia. -----

-----Disse também que a ELH era muito mais do que responder ao Programada do 1º Direito, porque o mesmo vinha responder a aspetos específicos, mas bastava olharem para a sede do Concelho para perceber que era um dos locais onde viviam numa encruzilhada e onde tinham vindo a perder população porque não conseguiam fixar ou renovar a população residente devido ao preço das casas ou pela conjuntura do mercado, mas a verdade era que uma ELH era aquilo que permitia pensar na forma como era desenvolvido o parque habitacional de determinada localidade, de determinada freguesia ou de determinada rua. Acrescentou que a estratégia já devia de existir desde há 30 anos atrás para que não tivesse acontecido o que aconteceu à Vila de Sesimbra. -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que votaria favoravelmente a esta proposta, mas ainda assim, cria que o PS já tinha tido a oportunidade de apresentar esta proposta há muito tempo atrás, até porque a estratégia já tinha sido votada na CM, e não sabia se isto era má consciência pela forma como a mesma tinha sido votada nessa altura, mas a verdade era que já podiam ter tomado esta iniciativa em momento anterior. -----

-----Referiu que Sesimbra tinha-se atrasado muito em todo este processo e, numa pesquisa rápida, identificou que em fevereiro de 2020 mais de metade dos municípios portugueses já tinham aprovado as respetivas ELH's, mas Sesimbra andava a "dormir na forma".-----

-----Referiu também que no Programa 1º Direito, em julho, já muitas das candidaturas estavam colocadas e Sesimbra não tinha ainda a ELH. Portanto, a atribuição de uma menor importância do que aquela que a estratégia deveria de ter, tinha levado a este "atrasar" que não devia de ter acontecido. Outro aspeto a apontar, era o facto de a ELH ter sido aprovada na CM e, não sabe se por incúria, tinha sido apresentada ao IHRU antes de ir à AM, e isso tinha sido um atropelo à lei, e por respeito à Assembleia, deveriam de ter o cuidado para que o processo percorresse os trâmites regulares. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha**, que disse que tinha uma posição similar à do Deputado Carlos Macedo no sentido em que iria votar favoravelmente mas havia aspetos que a deixavam desconfortável. Um deles era que durante a campanha eleitoral tinha sido anunciado pelo candidato do PS à CM que tinha feito um acordo para a ELH com o 1º Ministro. Acrescentou que ficaria muito mais tranquila em conhecer realmente a agenda do PS e quais eram as propostas do mesmo para esta questão, porque já tinha ouvido várias vezes que havia um diferendo mas ainda não conhecia a proposta do PS, e considerando igualmente que quando a CM enviava a proposta ao IHRU era no sentido de obter um aconselhamento prévio ao envio à AM, e sendo o IHRU uma agência do Estado e existindo um acordo do PS com o Governo, realmente gostaria que todas estas linhas de aconselhamento de pressão fossem um bocadinho mais claras para perceber para onde é que esta consulta pública estava de facto a ser orientada.-----

-----Concluiu dizendo que achava louvável a consulta pública e a Assembleia reunir nas freguesias, e votaria favoravelmente, por outro lado, não só considerava gravoso a ELH não ter vindo à AM mais cedo, como considerava acima de tudo gravoso não ter sido tornado público pela CM um documento estratégico que já tinha sido aprovado a 22 de setembro pela CM, e muito menos pelo PS que agora achava que era um documento que devia de ir a consulta pública mas que também não o tinha tornado público desde que teve conhecimento do mesmo.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse que vinha discordar da proposta do PS porque todos estes documentos tinham uma estrutura de elaboração e de aprovação. Tinha sido elaborado pela CM e, eventualmente se houvesse interesse, necessidade ou vontade do mesmo ir a consulta pública, devia de ter sido a CM a colocá-lo em consulta pública e não a AM sobre um documento que já tinha sido votado pela CM. -----

-----Eventualmente, o que podiam fazer era chumbar o documento, mandá-lo para trás e a CM eventualmente num novo processo de alteração colocá-lo-ia em consulta pública. Mas, num processo destes, depois iriam ter uma espécie de aeroporto do Montijo, não teriam estratégia nem habitação nem nenhum documento, e parecia-lhe que não era essa a solução ideal.-----

-----Referiu que o documento já tinha sido aprovado pela CM, e aquilo que se pedia era que a AM se pronunciasse sobre o documento e que propusesse algumas alterações, se é que podia fazê-lo, mas o documento devia seguir. Acrescentou que este era um órgão autárquico e que tinham responsabilidade e que tinham de assumir as mesmas, e não andar aqui a “brincar” às consultas públicas para as pessoas dizerem o que pensam sobre a questão da ELH.-----

-----Disse que estando já programada uma sessão sobre este tema, parecia-lhe despropositado vir uma proposta no PAOD sobre um tema que iria ser tratado numa sessão da AM mais à frente. Acrescentou que depois de se ouvirem os técnicos da CM, que era isso que estava combinado para analisar a proposta, depois tomariam as suas decisões. Parecia-lhe extemporânea, despropositada e com uma intenção política clara do PS de vir apresentar esta proposta neste momento, nesta situação e nesta AM. ----

-----Por fim, disse que o PSD não podia concordar com esta proposta e votariam contra, deixando a AM correr os seus trâmites e aquilo que estava programado sem estar agora a colocar pedras na engrenagem. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que disse que para não ficar a ideia de que o PS não tinha colocado a ELH em consulta pública porque não quis. Explicou que este documento tinha sido apresentado pela 1ª vez no final de julho deste ano, em pleno início de campanha eleitoral, e o documento tinha sido aprovado em setembro na última reunião de Câmara pelo executivo anterior, e quer na Declaração de Voto quer no momento antes da votação, tinha havido uma questão colocada ao Presidente da CM sobre se a solução era definitiva uma vez que se estava a aprovar a estratégia a 2 ou 3 dias das eleições autárquicas e que não faria muito sentido porque não se sabia o que iria resultar das eleições. E, tinha havido de facto a indicação de que o documento poderia ser alterado posteriormente

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas que no entanto havia a necessidade da estratégia ser aprovada naquele momento, e por isso mesmo tinha ficado essa indicação na Declaração de Voto dos vereadores do PS. -----

-----Sobre qualquer acordo ou pseudoacordo entre o então candidato do PS e o Governo, achava isso completamente fora de contexto e não percebia de onde é que essa ideia tinha surgido até porque o PS não era a presidência da CM nessa altura nem nesta altura e não se poderia estar a comprometer em nome de quem estava à frente dos destinos da CM com qualquer compromisso com o Governo em nome da CM quando não tinha legitimidade para isso. Acrescentou que achava muito estranha essa leitura que possivelmente teria sido derivado de algum equívoco. -----

-----Sobre apresentarem hoje este documento para discussão, disse que aqui não estavam a discutir a ELH, o que estavam aqui a discutir era que existia uma estratégia que era um documento estruturante para o Concelho, e como tal o mesmo devia ser aberto a um amplo debate que infelizmente não tinha acontecido. Infelizmente, como já tinha sido referido, outros concelhos tinham feito a estratégia mais cedo, e como Sesimbra tinha feito mais tarde, tinham tido menos tempo para a debater. -----

-----Disse que ao falar em “debater” e “auscultar a população”, não estavam a falar só de ouvir as partes que se considerassem diretamente interessadas, fossem as próprias famílias que poderiam vir a beneficiar com este conjunto de investimentos, fosse com as próprias IPSS’s que estavam no terreno a dar apoio a essas famílias. Existiam investimentos estruturantes neste conjunto de investimentos pensados na ELH, e que podiam alterar aquilo que era o perfil de algumas das localidades do Concelho, e como tal consideravam que era importante que esse debate se fizesse e que fosse um debate amplo.----

----- Disse também que reconheciam que o tema era sério e importante de mais para a população e para quem precisava de facto de acesso a uma habitação com dignidade, e era preciso reabilitar de facto um conjunto de habitações que existiam neste momento e que serviam população com maiores necessidades e que ao longo dos anos não teve esse investimento, e este de facto era o momento único para fazer esse investimento, e tinha sido precisamente por isso que introduziram as alterações no documento. No entanto, também reconheciam que era importante e que fazia parte do papel da AM fazer essa divulgação junto dos munícipes e, não podiam no dia ou na semana a seguir às eleições falar sobre o problema da abstenção nos discursos quando se discutia tudo à porta fechada e quando não havia a tentativa de envolvimento da população na definição dos documentos estratégicos para o Concelho e durante 4 anos ninguém tinha querido ouvir as suas opiniões nem auscultar aquilo que poderiam ser opiniões válidas e enriquecer os documentos estratégicos para o Município.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em relação ao PAOD, referiu que ainda na última reunião da Comissão de Líderes tinha tido a oportunidade de receber a opinião dos membros dos diferentes Grupos Políticos, e o PAOD era o momento em que de facto se devia discutir política e a política do Concelho, e foi isso que quiseram fazer aqui hoje, e não queriam tirar o valor a este período onde cada Grupo Político tinha a oportunidade de vir apresentar o seu pensamento. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha**, que disse que a questão que tinha referido da posição durante a campanha eleitoral não era qualquer equívoco. Tinha sido uma notícia do próprio PS, numa reunião com diversos candidatos a autarcas, onde se incluía o Vereador Nelson Pólvora, onde dizia que tinham sido feitos acordos relativos à ELH. -----

-----Solicitou novamente o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que era verdade que na Comissão de Líderes, uma das questões que se tinha levantado e que se tinha discutido, era que o PAOD era o momento de intervenção política, mas estavam a tratar de um tema e de uma matéria para a qual já estava agendada uma sessão específica e onde poderiam debater tudo isso, e não podiam nem deviam estar a antecipar esta discussão. -----

-----Disse que ainda não conheciam a ELH e também tinha o direito de, antes de se pronunciar sobre ele, dar a possibilidade de a CM e os respetivos técnicos apresentarem esse documento. Sobre o mesmo depois, tomariam todas as decisões que entendessem oportunas, mas estar a antecipar com uma proposta numa determinada orientação sobre uma matéria que iriam tratar mais à frente, era extemporâneo e não fazia sentido. -----

-----Por fim, disse que ou o PS retirava este documento ou o PSD votaria contra porque não era o momento oportuno para tratar desta proposta. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que o que se havia discutido na Comissão de Líderes e que continuavam a reiterar, era que o PAOD era o momento de discussão política, mas tinha de concordar em grande parte com o Deputado Carlos Oliveira porque tinha sido dito pelo Presidente da AM, que havia a abertura da Vereadora Felícia Costa em ir com os técnicos fazer uma sessão específica para apresentar a ELH, e seria aí que se discutiria a mesma. Por outro lado, com pouca ou muita discussão a ELH tinha ido a reunião de Câmara onde estavam representadas mais forças políticas que não a CDU, e tinha sido votada e tinha havido tempo para apreciação, e por outro lado tinha existido também uma consulta no âmbito do diagnóstico junto dos parceiros sociais. Acrescentou que a grande dificuldade que tinha em relação a esta proposta era dúvida de legalidade sobre o que era



Assembleia Municipal de Sesimbra

proposto aqui. Tinha muitas dúvidas da legalidade da AM elaborar uma consulta pública, recolher o que da mesma viesse para a realização de um relatório a enviar à CM para alterar a ELH.-----

-----Concluiu dizendo que ou a proposta era retirada ou a CDU claramente iria votar contra apresentando a respetiva Declaração de Voto. -----

-----Interveio novamente o **Deputado Sérgio Faias** que disse que o que queriam colocar à discussão era a promoção da discussão junto da população para que pudessem dar as suas opiniões. Disse também que tinham tido acesso ao documento porque o mesmo estava disponível na PAMS, mas não podiam divulgar por iniciativa própria. Documentos que estavam disponíveis na PAMS, não os iriam tornar públicos por iniciativa. -----

-----Disse ainda que aqui nem sequer estavam a discutir a questão do conteúdo da estratégia, o que estavam aqui a discutir era uma questão muito simples. O GM do PS considerava importante que houvesse uma ampla discussão com a população sobre este tema. -----

-----Relativamente à intervenção da Deputada Sandra Carvalho, disse que pelo que tinha percebido, a mesma estava a dizer que tinha cometido uma ilegalidade no Mandato anterior, porque tinha auscultado um conjunto de entidades enquanto coordenadora da comissão “4”, tinha preparado um relatório e uma proposta que tinha sido aprovada aqui nesta Assembleia. Portanto, o que se estava aqui a propor era auscultar a população, receber as opiniões e com base nas mesmas fazer um relatório e preparar uma moção ou uma recomendação a ser aprovada nesta assembleia, para que a Câmara alterasse a ELH de acordo com a recomendação se assim o entendesse. -----

-----Acrescentou que, no limite, e estava no Regimento da AMS, podiam propor fazer um referendo, mas não lhes parecia que fazer um referendo fosse a melhor forma, porque o objetivo era tentar receber contributos para melhorar o documento, se os mesmos fossem válidos e se permitissem a sua melhoria. -----

-----Usou novamente da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que uma coisa era no âmbito das comissões permanentes desta casa, proceder-se à auscultação para conhecer problemas relacionados a um setor económico, e problemas relacionados com o setor da pesca. O relatório era claro sobre isso assim como o objetivo da auscultação, e não tinha sido para fazer propostas de alteração de documentos que já tinham sido votados. O que tinha surgido dali tinham sido recomendações ao Governo, e não uma consulta pública à população em geral para alterar um documento que já tinha sido votado. Eram coisas completamente diferentes. -----

-----Acrescentou que uma coisa era auscultar no sentido de conhecer as dificuldades e constrangimentos que todo o setor da pesca tinha, cada um na sua área de intervenção. Outra coisa era

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

promover uma consulta pública, que não era a mesma coisa que auscultação, e o Sr. Deputado sabia muito bem, assim como quem cá tinha estado na altura. -----

-----Por fim, disse que não era grande jurista mas que era o suficiente para conseguir distinguir aquilo que era o poder executivo daquilo que era o poder deliberativo.-----

-----O **Presidente da AMS** interveio esclarecendo, sem tomar qualquer tipo de partido, que da comissão referida, faziam parte representantes de todas as forças políticas.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Celestino Gaio** que cumprimentou todos os presentes e sugeriu que fosse feita uma votação no sentido de retirar ou não o documento apresentado nesta sessão.

-----Usou em seguida da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que, relativamente à intervenção da Deputada Sandra Carvalho que havia referido que estavam a pedir uma consulta pública para um documento que tinha sido votado e aprovado, disse que esse documento podia ser alvo de alterações, e a proposta era essa mesmo, que em paralelo e para não inviabilizar qualquer candidatura ao 1º Direito, se procedesse a essa metodologia de auscultação da população. -----

-----Perguntou se o documento podia ou não ser alterado, porque o facto de o mesmo ter sido aprovado não inviabilizava que auscultassem e, caso se verificassem necessárias retificações, que a ELH fosse alterada. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que, em resposta ao Deputado Celestino Gaio, disse que no Regimento da AMS não estava previsto que se votasse a retirada ou não de documentos. O documento era retirado se o proponente assim o entendesse. Na sequência do debate político, se o proponente entendesse retirar o documento retirava, senão, o mesmo iria para votação como estava. ---

-----Solicitou a palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que lhe parecia haver alguma confusão que não era de hoje, que era a diferença entre o poder executivo e o poder deliberativo. Isso não queria dizer que a Assembleia se demitisse de tomar iniciativas. Aquilo que era proposto neste documento era que fossem feitas propostas, mas alterações depois teriam de ser aceites pela CM. -----

-----Usou em seguida da palavra a **Deputada Anabela Rocha**, que disse que se um documento estratégico era aprovado pela CM e não era colocado em consulta pública, quem se não a AM para exigir que o fosse.-----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que, relativamente à questão da Deputada Cláudia Mata, disse que já tinha explicado aqui a diferença entre uma coisa e outra e não ia continuar a explicar a mesma coisa.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que o executivo demorara muito tempo a explicar a Estratégia Local de Habitação e não era isso que hoje se pretendia mas se calhar tinham-no feito porque se tinham apercebido da necessidade de que era mesmo preciso explicar tal como o GM do PS propunha, e divulgá-lo o máximo possível.-----

-----Era desnecessário estar a explicar hoje a estratégia porque não tinha sido para isso que o GM apresentara a proposta porque haveria de ser realizada uma sessão própria para essa discussão.-----

----- Disse depois que percebendo algumas das preocupações que tinham sido colocadas, introduzira alterações ao documento.-----

----- O único objetivo da proposta era que a população pudesse ser envolvida, auscultada e que tivesse conhecimento aprofundado do tema.-----

-----Se o termo consulta pública colocava algumas dúvidas o GM estava disponível a substituir o termo “consulta” por “auscultação”.-----

-----Passou em seguida a apresentar as alterações ao documento cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----**“Auscultação Pública à Estratégia Local de Habitação**-----

-----*A Estratégia Local de Habitação consiste num instrumento de planeamento de iniciativa municipal que resulta do Programa 1.º Direito, publicado e regulamentado em 2018, encontrando-se especialmente direcionada para apoiar as famílias que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada.*-----

-----*A Estratégia Local de Habitação, enquanto instrumento estratégico em matéria de política de habitação à escala local deve reforçar e complementar a resposta existente para as situações de maior carência habitacional identificadas e, adicionalmente, contribuir para reforçar as dinâmicas de reabilitação urbana, fomentar uma maior regulação do mercado de habitação e, conseqüentemente, permitir uma melhoria da qualidade de vida da população e o reforço da coesão social e territorial.*-----

-----*No caso concreto do Concelho de Sesimbra, a Estratégia Local de Habitação aprovada pela Câmara Municipal contempla a reabilitação e reconstrução de fogos municipais com necessidades de intervenção, a aquisição de fogos para realojamento de famílias, a reabilitação ou adequação de habitações privadas sem condições de habitabilidade dignas e a construção de novos fogos para realojamento da população em carência habitacional, num investimento total que ronda os 55 milhões de euros, a financiar maioritariamente pela União Europeia, de onde se destaca o Plano de Recuperação e Resiliência.*-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Mas essa Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra não tem recebido o consenso da população em geral, em particular no que se refere à construção de novos edifícios para habitação pública, e outros associados que, a serem concretizados, irão implicar profundas alterações estruturais, e irreversíveis, no perfil urbano e na paisagem de localidades do Concelho. -----

-----Essa falta de consenso tornou-se clara durante o período que antecedeu as últimas eleições autárquicas, tendo algumas forças políticas defendido soluções diferentes daquelas que foram assumidas pela Câmara Municipal. -----

-----Face aos resultados eleitorais, em que se verificou um reforço da representatividade das forças políticas que defendiam soluções alternativas, ficou clara a necessidade de uma discussão pública mais alargada sobre o tema da Estratégia Local de Habitação e a recolha de opiniões e sugestões que permitam aperfeiçoar e/ou alterar a proposta inicial. -----

-----No entanto face à necessidade de cumprimento dos prazos de candidatura a financiamento europeu, essencial à concretização das várias componentes do projeto, irá implicar que a eventual aprovação da Estratégia Local de Habitação pela Assembleia Municipal que posteriormente poderá incorporar as propostas de aperfeiçoamento resultantes da auscultação da população. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Sesimbra, no âmbito das suas competências, delibere aprovar a realização de uma Auscultação Pública à Estratégia Local de Habitação proposta pela Câmara Municipal de Sesimbra, de acordo com a seguinte metodologia: -----

-----1. A Assembleia Municipal realiza, em janeiro de 2022, uma sessão temática na qual é apresentada, e submetida à discussão, a proposta de Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra;-----

-----2. Após a concretização dessa sessão temática, realizam-se sessões de esclarecimento em cada Freguesia, promovidas pelas respetivas Juntas de Freguesia, dedicadas aos temas específicos dos seus territórios;-----

-----3. Procede-se em seguida à abertura do processo de Auscultação Pública, que consistirá na receção de opiniões individuais ou institucionais, através de um endereço de e-mail constituído para o efeito e com recurso a um formulário previamente definido;-----

-----4. Previamente ao início do período de Auscultação Pública, deverá estar disponível ao público, na página na internet da Assembleia Municipal, a documentação que sirva de suporte à análise à Estratégia Local de Habitação, o formulário de participação e a indicação do endereço de e-mail para a submissão de

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

opiniões;-----

-----5. *Após o período de receção de opiniões, que não deverá ser inferior a duas semanas, a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente e a Comissão Sociocultural deverão, durante um período equivalente ao período da auscultação pública, analisar as opiniões e sugestões recebidas e preparar, em conjunto, um Relatório da Auscultação Pública;*-----

-----6. *O Relatório da Auscultação Pública deverá incluir um capítulo de Conclusões que servirá de base a uma Recomendação à Câmara Municipal sobre a Estratégia Local de Habitação, a aprovar pela Assembleia Municipal, devendo ambos os documentos ser tornados públicos através da página na internet da Assembleia Municipal.*-----

-----*Da presente Proposta, após aprovada, deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia do concelho, Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e órgãos de comunicação social local e regional.*-----

-----Concluiu referindo que a AMS depois aprovaria a Recomendação e caberia à Câmara o critério de fazer essa incorporação ou não, mas seria publicado e divulgado o Relatório de Auscultação Pública. -----

-----**O Presidente da CMS** referiu que era uma matéria da AMS. Aliás, o Município estava a preparar um vídeo sobre a ELH que só seria divulgado após a aprovação pela AMS e IHRU, e iria mantê-lo caso fosse aprovado pela Assembleia Municipal.-----

-----Estava prevista a apresentação pública com o vídeo e todas as operações que estavam previstas na ELH no quadro daquilo que era a competência do Município, e a Assembleia Municipal assumiria a responsabilidade da tramitação que estava prevista na proposta apresentada pelo GM do PS. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** quis esclarecer que o nome proposta, prevista no Regimento, era para a AMS executar. Não era Recomendação à CMS. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da AMS** colocou a proposta à votação, na sua última versão, **tendo a mesmo sido rejeitada por maioria, com 14 votos contra (10 CDU, 2 CHEGA e 2 PPD/PSD) e 10 votos a favor (8 PS, 1 BE e 1 Deputada Independente).** -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----*“Consulta Pública à Estratégia Local de Habitação* -----

-----*A CDU não pode votar favoravelmente a proposta “Consulta Pública à Estratégia Local de Habitação”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, desde logo pelo título do próprio documento, por considerarmos que um processo de consulta pública é da competência do órgão executivo Câmara Municipal de Sesimbra.* -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A CDU, embora consciente da importância da “Estratégia Local de Habitação”, como instrumento indispensável para acesso ao apoio ao programa 1º direito, para soluções de habitação dirigidas a pessoas e famílias em situação de carência habitacional e financeira e por esta se consubstanciar, num diagnóstico das carências e necessidades habitacionais efetivas do concelho, com vista a uma habitação condigna e ao PRR, consideramos este um documento meramente operacional, bem diferente de um documento como será a futura Carta Municipal de Habitação, esse sim um documento verdadeiramente estratégico quanto à política de habitação para o concelho. -----

-----Pelos dois motivos atrás explícitos, o nosso voto contra.” -----

-----Neste momento ausentou-se dos trabalhos a Deputada Municipal Claudia Mata, passando-se a contar com 23 presenças. -----

-----Prosseguindo os trabalhos o **Presidente da AMS** abriu o debate sobre a Recomendação à Câmara Municipal com o título “Atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações” da autoria da Deputada Municipal Independente que a seguir se transcreve e que a Deputada apresentou: -----

-----“**Atualização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações** -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações que não é atualizado desde 2016 apesar da certificação no âmbito da qual foi criado exigir um relatório anual. A avaliação feita nesse ano identifica áreas amarelas e laranjas, sendo as laranja as de Risco Grave, a merecer controlo sistemático com definição de ação a implementar. Considerando a amplitude dessas áreas a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara que avalie as ações em prática no sentido de identificar se são suficientes para colmatar esses riscos ou se é necessário conceber novas, e quais. -- -----

-----Eis as áreas de risco laranja identificadas: -----

-----•Sustentabilidade Ambiental: Procedimentos de licenciamento e acompanhamento (pedreiras); Estudos e parecer; ambos nomeadamente no Incumprimento de requisitos legais com Favorecimento de entidades ou particulares. -----

-----Elaboração / Revisão de Plano Diretor Municipal: Elaboração/Alteração/Revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território nomeadamente Desvios ou não cumprimento das orientações estratégicas, técnicas ou outras emitidas pela administração central ou local; Falta de transparência no planeamento; Divulgação indevida de informações. -----

-----•Fiscalização Municipal: Ação de Fiscalização relativas a obras particulares e não particulares nomeadamente Inexistência de uma prática sistematizada de acompanhamento da obra; Falta de

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

planeamento das ações de fiscalização destinadas a detetar obras ilegais;(RA 91) Deficiente comunicação entre os serviços da unidade. Interação com município não controlada nomeadamente Difusão de informação não conforme.-----

-----•*Contratação de Serviços: Deficiência de infraestruturas ou equipamentos (ramais, contador, etc.) nomeadamente Prazos de cobranças não cumpridos (este é o fator de maior risco em todo o plano), Utilização de água não contratualizada, Utilização indevida da aplicação da infraestrutura UBS, Serviço prestado sem aceitação prévia do cliente.*-----

-----•*Obras Municipais: Falta de informação, informação inadequada ou desatualizada, Inexistência de registo de consumos e dos custos dos trabalhos realizados por Administração direta, nomeadamente na carpintaria. (RA 76), Utilização indevida de materiais e ferramentas, Falta de isenção nas atividades de fiscalização e coordenação.*-----

-----•*Economia Local: Licenciamento de Atividades Económicas Diversas nomeadamente Cálculos inadequados na aplicação de taxas no âmbito dos licenciamentos.*-----

-----•*Gestão do Recursos Humanos: Controlo inexistente ou inadequado de fornecimento de refeições a trabalhadores ou a terceiros e Utilização e destino de matéria-prima, bens ou refeições inadequada.*---

-----•*Gestão Aprovisionamento e Património: Gestão de Património Imóvel nomeadamente Falta de comunicação dos serviços, aquando da conclusão de empreitadas em tempo oportuno. Elevado número de empreitadas na conta 44 (Imobilizações em Curso).*-----

-----•*Logística: Apoio nas reparações e manutenções nomeadamente Inexistência de registo de consumos e dos custos dos trabalhos realizados por Administração direta. (RA 76). Gestão de Frota nomeadamente Controlo inexistente ou inadequado de consumos de combustível (RA 77; RA 92).*-----

-----•*Gestão Financeira: Controlo da execução orçamental nomeadamente Realização de pagamentos sem verificação da situação de regularização perante a Segurança Social e a Administração Fiscal e Realização de pagamentos sem verificação da publicação no Portal de Contratos Públicos.*-----

-----•*Gestão da tesouraria: Reconciliação Bancária - Não investigação de valores em trânsito nas reconciliações bancárias por período de tempo excessivo.*-----

-----Por sugestão da **Deputada Anabela Rocha** os trabalhos foram suspensos por 5 minutos.-----

-----Retomados os mesmos, a **Deputada Anabela Rocha** acrescentou que entretanto surgira uma novidade entre a entrega e a apresentação da recomendação mas no seu entender não obstava a que fosse importante atualizar o plano. -----

-----Passou em seguida a ler a seguinte intervenção:-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Apesar do programa de auditorias aprovado incluir o objetivo “avaliar a abordagem baseada no risco e na oportunidade incluindo a conformidade com os requisitos deste plano”, este tipo de auditoria não garante tudo o que devia ser garantido visto estas auditorias desvirtuarem o serviço público pois veem os cidadãos como clientes de uma empresa e não como utilizadores de um serviço que lhes pertence. Ao fazer esta confusão as auditorias menorizam uma exigência central dos serviços públicos sem a qual não tem qualquer qualidade por mais certificados que sejam. A total transparência para com os cidadãos e a contínua, detalhada e sistemática obrigação de prestação de contas. Por outro lado, o programa de auditorias não prioriza a verificação de implementação das medidas deste plano como devia pela gravidade dos riscos identificados.”-----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que analisara com atenção o documento apresentado, mas o que fazia era uma mera descrição daquilo que era considerado como importante em termos de risco e não trazia nada de novo relativamente ao facto de haver falhas na aplicação do documento que estava em vigor, se tinha existido alguma situação anómala que tendo sido detetada, não tinha sido tratada. Ou seja não referia se era ou não necessário introduzir alterações.-----

-----Se o documento referisse que era preciso alterar o Plano de Riscos porque tinham sido detetadas situações e por isso deveriam ser introduzidas melhorias faria sentido, mas apresentar uma recomendação só por recomendar, do ponto de vista do GM do PSD não fazia qualquer sentido e não iria votar a favor.-----

-----Tomando o uso da palavra, o **Presidente da CMS** disse que sem fazer uma consideração de certa forma sobre a recomendação porque não era da sua responsabilidade fazê-lo, queria referir dois apontamentos:-----

----- O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas estava em revisão já iniciada há algum tempo. Não se devia confundir dois instrumentos que sendo diferentes do ponto de vista metodológico trabalhavam em simultâneo que era o Sistema de Gestão da Qualidade e o Plano que era obrigatório por lei. A CMS iniciara, já há algum tempo, a revisão deste Plano tendo em conta as novas competências do Município e uma alteração à estrutura orgânica que ocorrera em janeiro de 2019, que só por si justificaria uma alteração quer do ponto de vista do Sistema da Gestão da Qualidade quer do ponto de vista do Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infrações Conexas, e obviamente a matriz de risco seria também revista e alterada.-----

-----A Recomendação pedia no título a atualização do Plano, mas depois do ponto de vista deliberativo, tinha um anúncio daquilo que eram as áreas de risco que estavam elencadas no próprio

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Plano e que obviamente seriam objeto de avaliação, ponderação e tramitação relativamente à elaboração dessa matriz de risco.-----

-----Disse que nesta matéria e porque o Sistema de Gestão da Qualidade da CMS incorporava de certa forma o Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infrações Conexas, do ponto de vista daquilo que era a sua monitorização, fora realizada uma reunião, que até era para terem sido duas mas não tinha sido possível porque fora um período de pandemia, com o Conselho de Prevenção da Corrupção, com a presença do Presidente do Tribunal de Contas, do Inspetor-geral de Finanças, do Procurador-geral Adjunto, do representante do Ministério da Economia, do Secretário-geral do Tribunal de Contas, e de eleitos da Câmara Municipal, responsáveis pela tramitação do processo, dirigentes dos serviços dos quais as matérias eram as mais complexas relativamente à matéria, no sentido também receberam os *inputs* necessários à elaboração e revisão deste Plano.-----

-----Para esta reunião tinha ido convidado um elemento de cada força política da AMS, sendo que apenas participara o atual presidente da AMS.-----

-----Acrescentou que para além daquilo que fora a intenção e o objetivo da reunião de trabalho com o Conselho de Prevenção da Corrupção, até para perceber do ponto de vista daqueles que tinham responsabilidades de aferir a monitorização daqueles Planos, quais eram as questões necessárias e a sua visão relativamente à elaboração e revisão do documento, o que fora transmitido à Câmara Municipal fora que de facto, o Sistema de Gestão da Qualidade associado ao Plano de Gestão de Riscos, Corrupção e Infrações Conexas e a forma como o Município articulava os dois documentos, era um exemplo no País, o que contrariava a narrativa que ouvira hoje.-----

-----O próprio Plano e a forma como ele era monitorizado, fora alvo de rasgados elogios por parte de todo o Conselho de Prevenção de Corrupção, e claro que prestara um conjunto de *inputs* que para o Município tinham sido fundamentais para de certa forma, como critérios, e elementos de referência, o Município promover essa revisão que estava a acontecer e durante o ano 2022 estaria garantidamente concluída.-----

-----Portanto relativamente às questões colocadas respondeu que eram praticamente inócuas de todo.-----

-----**A Deputada Sandra Carvalho** referiu que tendo em conta as explicações do Presidente da CMS de que o Plano estava em revisão, o GM da CDU entendia que a Recomendação não fazia sentido podendo a mesma ser considerada quando o Plano estivesse aprovado na CMS e remetido para conhecimento à AMS. Assim propunha à proponente que retirasse o documento e que aguardasse a vinda do Plano

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

revisto. -----

-----Consultada a **Deputada Anabela Rocha** a mesma respondeu que não retirava o documento e lamentava que a informação chegasse nesta altura, e se o documento era inócuo pelo menos servira para que o compromisso de ser revisto fosse assumido. -----

-----**O Deputado Sérgio Faias** também referiu que o GM do PS considerava que a Recomendação não fazia sentido atendendo a que o Plano estava a ser revisto. -----

-----**A Deputada Anabela Rocha** respondeu que era precisamente por não ter ideia em que ponto estava a situação dos riscos que estava a pedir a atualização do programa. -----

-----Interveio depois **o Presidente da CMS** que disse que se a questão tivesse sido colocada teria sido respondida. -----

-----A Deputada colocava tantas perguntas e requerimentos e não perguntara se o Município estava a rever o Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas. Se tivesse perguntado teria sido respondido que sim. -----

----- **A Deputada Anabela Rocha** acrescentou que tinha havido muito tempo desde 2016 para assumir esse compromisso e ainda bem que o estava a assumir agora. -----

-----**O Presidente da CMS** disse que não acompanhava nem tinha tempo para ver todas as publicações que a Deputada fazia na sua página, mas tinha conhecimento que fazia muitas e esperava que não colocasse uma publicação a dizer que o Plano estava a ser revisto porque tinha havido uma intervenção da Deputada porque ele estava a ser revisto muito antes de ser Deputada. Queria deixar esta situação clara. Não existia um compromisso porque a Deputada colocara a questão. Existia um compromisso porque o Município a partir de 2019 entendera com a reformulação da estrutura orgânica, porque já tinham passado 3 anos desde a última revisão, com novas competências a receber e com novas competências que iria receber, que era preciso rever o Plano. Era inevitável, e como já afirmara, o Município tivera o bom senso de ter uma reunião e de articular de forma totalmente aberta para que fossem colocadas todas as dúvidas e perceberem como é que funcionava. -----

----- Eram poucos os municípios que tinham desenvolvido o processo daquela forma e de pedir, àqueles que tinham responsabilidade para aferir da monitorização e da eficácia daqueles Planos, que dissessem de uma forma totalmente clara quais eram os termos de referência e aquilo que era a visão do próprio concelho relativamente à elaboração do documento, e explicando até os défices que o Município tinha e as dificuldades que tinha numa ou noutra matéria. -----

-----Queria deixar claro que não fora por a Deputada ter feito a Recomendação que ele estava a ser

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

revisto porque ele estava a ser visto muito antes de ser Deputada.-----

-----**A Deputada Anabela Rocha** disse que a metodologia seguida era louvável, mas era suposto a revisão ser anual. A versão de que não existia qualquer pressão da sua parte de que o Município estivesse a fazer esse compromisso era do Presidente, a sua versão seria outra. -----

-----Não havendo mais intervenções, **o Presidente da AMS** submeteu à votação a Recomendação atrás transcrita **tendo a mesmo sido rejeitada, com 21 votos contra (10 CDU, 7 PS, 2 CHEGA e 2 PPD/PSD) 1 voto a favor da Deputada Independente e uma abstenção do BE.**-----

-----Prosseguindo os trabalhos, o **Presidente da AMS** deu início ao debate sobre a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra subordinada ao assunto “Áreas de Serviço Autocaravanas (ASA’s)” da autoria da Deputada Municipal Independente que a seguir se transcreve e que a Deputada apresentou:-

-----*“Foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de Outubro uma dotação de cerca de 100 mil euros a eventualmente investir até ao fim do ano em itens não contemplados nas Grandes Opções do Plano. ----*

-----*A Assembleia Municipal recomenda que seja usada no seguinte investimento: criação de Áreas de Serviço para Autocaravanas, ASAs.*-----

-----*As razões para esta opção prendem-se com o seguinte: o combate à sazonalidade turística no concelho; o aproveitamento de infraestruturas já existentes; a oferta de serviços a um tipo de turismo que cresceu muito em tempos pandémicos; o combate ao estacionamento ilegal.*-----

-----*Neste sentido propõe-se a construção destas ASAs em três locais, já com estacionamento: Alameda de São Pedro/Jardim da Igreja na Lagoa de Albufeira, Parque Augusto Pólvora, terrenos da Feira Festa na Quinta do Conde. Onde necessário seriam construídos Wcs (eventualmente com duches), e estacionamento para despejo de águas sujas e cassete da sanita, assim como torneira de rosca para abastecimento de água. Estes serviços estariam disponíveis mediante pagamento dum pequena taxa. Os lugares de estacionamento para este fim estariam devidamente identificados e com as restrições consideradas adequadas na semana, mês ou época. Existirão avisos a proibir a abertura de toldos, a colocação de mesas e cadeiras no exterior, o acendimento de fogareiros e o despejo de líquidos fora dos locais apropriados.*-----

-----*Os sistemas de pagamento garantirão uma monitorização rigorosa do uso responsável e transparente do equipamento e poderão incluir parcerias com o comércio local para venda de fichas. A gestão corrente dos equipamentos deve caminhar para um equilíbrio orçamental entre o uso, a necessidade de recursos humanos, e o gasto de consumíveis.*-----

-----*Será importante avaliar a qualidade do sinal de rede nesses locais para servir adequadamente um*

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

novo e importante nicho turístico, os nómadas digitais”.-----

-----Tomando o uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** perguntou à Deputada proponente a que terrenos se referia quando mencionava “terrenos da Feira Festa na Quinta do Conde”.-----

-----**A Deputada Anabela Rocha** respondeu que eram junto ao restaurante da ADQC.-----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** disse que se o Presidente da CMS o permitia esclarecer, aqueles não eram terrenos da Feira Festa.-----

-----Interveio de seguida o **Deputado Pedro Mendes** que após cumprimentar todos os presentes referiu que o GM da CDU concordava com a essência do documento, uma vez que a necessidade de combate da sazonalidade turística era importante bem como o estacionamento das autocaravanas era efetivamente uma necessidade, no entanto o GM da CDU propunha que o documento baixasse à futura Comissão “4” uma vez que a análise sobre a aplicação da atividade dependia do executivo e não da AMS. Assim entendia que a Recomendação devia ser melhorada para que pudesse ir ao encontro das necessidades deste setor de atividade.-----

-----**A Deputada Anabela Rocha** aceitou a sugestão da Recomendação baixar à Comissão “4”.-----

-----Tomando o uso da palavra, a **Deputada Luisa de Carvalho**, após cumprimentar todos os presentes e saudar o público incluindo o que estava a assistir via canal *youtube*, referiu, relativamente à Recomendação, que o GM do PS também considerava que o setor do auto caravanismo, dentro do turismo, era um setor em franca expansão e poderia dar o seu contributo para o combate à sazonalidade, no entanto era uma área que iria exigir alguma harmonização em termos de práticas na área até sanitária e também na área do ordenamento do território, e neste sentido, o GM do PS concordava com a proposta da CDU de baixar à Comissão “4” mas considerava também que deveria baixar à Comissão “2” porque tinha aspetos relacionados com o ordenamento do território.-----

-----**A Deputada Anabela Rocha** aceitou a sugestão da Recomendação também baixar à Comissão “2”.-----

-----**O Presidente da CMS** disse que gostaria de perguntar à Deputada proponente, porque para ele não estava perceptível, relativamente ao primeiro parágrafo da Recomendação “Foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de Outubro uma dotação de cerca de 100 mil euros a eventualmente investir até ao fim do ano em itens não contemplados nas Grandes Opções do Plano.” Desconhecia completamente e não conseguia perceber o alcance daquela frase.-----

-----Quanto a questão de fundo tinha que dizer que do ponto de vista global a CMS acompanhava

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquela necessidade que estava identificada e, portanto, não lhe custava reconhecer que a CMS estava ligeiramente atrasada relativamente à implementação destas áreas de serviço. Existiam alguns locais e portanto se ia baixar às Comissões de certeza que fosse ele ou o Vereador respetivo, prestariam alguma informação sobre locais que já estavam identificados do ponto de vista da reabilitação urbana para a colocação daquelas áreas, que não correspondiam aos locais indicados na Recomendação, mas no essencial achava que justificava baixar às Comissões. -----

-----Sem se querer imiscuir nos trabalhos da Assembleia disse que se a Recomendação fosse no sentido claramente de aferição da criação das áreas de serviço para Autocaravanas, num ponto de vista global e que a CMS até levasse à AMS a proposta das localizações, faria todo o sentido, poderia era não ser coerente indicar-se logo, por motivos vários, inclusivamente o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde referira um, localizações que eventualmente até poderiam não ser possíveis de implementar, e isso condicionava a Recomendação. Imaginando-se num quadro meramente hipotético se a AMS aprovasse a Recomendação tal qual como estava sem prejuízo do primeiro parágrafo, que desconhecia, significaria que se fossem implementadas noutros locais, a CMS nem sequer estaria a corresponder minimamente àquilo que seria a Recomendação da Assembleia Municipal. -----

-----A **Deputada Anabela Rocha** disse que realmente seria mais correto dizer que fora mencionado em reunião de CMS de 22 de Outubro a possibilidade de investir 100000 € não previstos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, possibilidade essa que não era habitual, mas que existia e que poderia ser atribuída. -----

-----Não havendo mais intervenções, e considerando que a Deputada proponente tinha manifestado a sua concordância, **o Presidente da AMS submeteu à votação a proposta de baixar às Comissões “2” - Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, e “4” - Desenvolvimento Económico, tendo merecido aprovação unânime.**-----

-----Continuando os trabalhos, **o Presidente da AMS** abriu o debate da Recomendação à Câmara Municipal com o título “Transportes Coletivos/AML” da autoria da Deputada Municipal Independente *que a seguir se transcreve e que a Deputada apresentou:* -----

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra exigir a renegociação do contrato intermunicipal de delegação de competências de serviços públicos de transporte rodoviário com base nos seguintes pressupostos:-----

----- *o aumento do preço dos combustíveis, atual e previsível nos 7 anos de duração do contrato* -----

----- *a ausência doutros meios de transporte no concelho para lá do rodoviário* -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- a área do concelho sem que existam outros modos de transporte coletivo além do rodoviário ---
----- o facto de ser o concelho cuja sede está mais distante de Lisboa em tempo de viagem rodoviária,
agravando-se exponencialmente este tempo em períodos de maior trânsito -----
-----Nesse sentido deveria a Câmara Municipal exigir uma discriminação positiva na comparticipação
financeira em relação a outros concelhos.-----
-----Por outro lado, a Assembleia Municipal recomenda igualmente que a Câmara Municipal, sendo
das Câmaras Municipais com mais autonomia financeira no país, considere aumentar o valor de
comparticipação em troca de mais serviço de rede.-----
-----Anexa-se quadro com valores arredondados para melhor avaliação da situação comparativo do
concelho. -----

Concelho	Comparticipação	Habitantes 2021	Área	Distância rodoviária a Lisboa	Outros transportes
Alcochete	351 mil/ano	19 mil	128 km ²	36 km/40 minutos	Barco
Barreiro	360	78	36	33/43	Barco, Metro e Transp. Mun.
Moita	792	66	55	39/37	Comboio
Sesimbra	990	52	195	38/45	
Montijo	1024	55	348	32/38	Barco
Cascais	1152	214	97	31/36	Comboio e Transp. Mun.
Palmela	1256	68	465	43/39	Comboio
Mafra	1533	86	291	40/42	Comboio
Amadora	1582	171	23	12 km/20 m	Comboio e Metro
Almada	1810	177	70	12 km/20 m	Barco e metro
Seixal	1947	166	95	24/29	Barco
Setúbal	2061	123	230	49/42	Comboio
Oeiras	2070	171	45	19/23	Comboio
Vila Franca	2407	137	318	36/39	Comboio
Loures	2570	201	167	17/27	
Lisboa	3487	544	100		
Sintra	4476	385	319	28/30	Comboio

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CMS** que começou por dizer que do ponto de vista da
forma não conseguia perceber o que é que se pretendia com a Recomendação.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Primeiro parágrafo “recomenda à CMS exigir a renegociação do contrato intermunicipal de delegação de competências de serviços públicos de transporte rodoviário” referindo que não existia renegociação num contrato de delegação de competências. Das duas uma, ou o Município, neste caso a AMS que tinha a última palavra, delegava a responsabilidade das competências de serviço público de transporte rodoviários na AML, que fora o que acontecera, ou não delegava, e era o município que tramitava toda a operação de transportes rodoviários por sua iniciativa, o que o município de Cascais fizera. - -----

-----Delegava ou não delegava e o Município de Sesimbra delegara e não sabia se seria passível de voltar atrás porque o concurso estava neste momento fechado, consignado, com contrato assinado, e a entrar em funcionamento em julho de 2022. Ponto número um. -----

-----Lendo depois o segundo parágrafo: “recomenda que a CMS sendo das Câmaras Municipais com mais autonomia financeira no país, considere aumentar o valor de participação em troca de mais serviço de rede” referiu que tinha de explicar duas coisas. -----

-----Primeiro, o sistema de financiamento da operação de transportes rodoviários de Lisboa, do qual o município de Sesimbra teria um aumento de cerca de 60% na rede, face àquilo que existia em 2019, englobava também uma parte do programa de apoio à redução tarifária (PART) que acontecera em 2019, ou seja o preço dos passes para 40, 30 euros fossem metropolitanos ou municipais. -----

-----Acrescentou que tinha sido utilizado o mesmo sistema de perequação entre os municípios que foi utilizado na distribuição dos fundos comunitários do último quadro comunitário de apoio do Programa Lisboa 2020, que tinha a ver com três critérios, população, área, e a média dos orçamentos dos últimos 3 anos. --- -----

-----O Município de Sesimbra tinha nesta operação o encargo de cerca de 1 milhão de euros, 990.000 € anuais, durante o período que era de 7 anos e que a AMS deliberara ir até 10, porque a operação também se tinha estendido, e porque se iniciara logo o programa de apoio à redução tarifária, tinha na aplicação desses critérios, o montante da operação de 1,4 milhões de euros. Era este o resultado de sistema de perequação, que a bom rigor, e se para o Município de Sesimbra e para os outros todos, fora o que se estabilizara e se consensualizara para a distribuição de potencial receita, através de fundos comunitários, também faria todo o sentido que no quadro da despesa com uma operação destas se aplicasse exatamente as mesmas regras. -----

-----Com a pressão de 3 municípios, um dos quais Sesimbra e os outros dois, Palmela e Mafra, porque eram os municípios com maior área geográfica, chegara-se a um entendimento quase no fecho desta

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

concertação, de que deveria existir uma cláusula travão de 20 € ou 25 € por habitante, e portanto da aplicação daqueles critérios não poderia resultar num valor por habitante superior a 20 ou 25 euros, não conseguindo de momento precisar, do que resultara um deficit, naquilo que estava previsto na operação de quase 3 milhões de euros. -----

-----No quadro desta negociação, que não fora totalmente pacífica mas de facto os 3 municípios sentiam que eram os mais prejudicados do ponto de vista de financiamento do sistema, houve um Município que assumira do seu orçamento municipal esta comparticipação porque de facto era o principal beneficiado com esta operação de transportes do ponto de vista sobretudo ambiental e o Município de Sesimbra deixara de pagar 1,4 milhões para pagar 1 milhão de euros. -----

-----Terceira nota, se se verificasse bem o contrato de prestação de serviços que era disso que se tratava, de qualquer um dos lotes e o de Sesimbra era o lote três, o valor da adjudicação do veículo /quilómetro/ ano, o Município poderia ter uma margem de 5% para a articulação e a ponderação das carreiras, fosse em circuitos, frequências dentro da área do município. Esta situação estava prevista contratualmente. -----

-----Disse que se o Município quisesse aumentar as frequências e os circuitos das carreiras municipais dentro da sua área, que eram aquelas que não beneficiavam outros Municípios e não eram intermunicipais, podia fazê-lo ao longo do período do contrato assumindo no seu orçamento o valor que fora contratualizado com a empresa prestadora de serviço. -----

-----O Município tinha 99 milhões de Km/ano, se quisesse aumentar mais 2, 3 milhões, aumentando o circuito da carreira entre Sesimbra e Aldeia do Meco, podia fazê-lo assumindo a responsabilidade do financiamento para o sistema suplementar no valor que fora contratualizado. -----

-----Se a carreira fosse intermunicipal, aí teria que ter o acordo dos restantes municípios e eram estes, num sistema de perequação, por exemplo a carreira Sesimbra-Cacilhas que atravessava Sesimbra, Seixal e Almada, todos os três teriam de estar de acordo, sem prejuízo até de poderem dizer que estavam de acordo mas que imputavam a despesa ao município de Sesimbra, o que não seria muito correto porque essa carreira a partir do Marco do Grilo ia beneficiar todos os utentes do Seixal e Almada nas circulações que fazia. -----

-----Tudo isto estava previsto no contrato público que alguma vez se tivera conhecimento em Portugal. Não dizia que se ia ter o melhor dos dois mundos, mas ia haver uma transformação brutal e uma revolução. Estava a falar dos autocarros novos, de aumento de 60%.-----

-----Disse depois que neste momento os 15 municípios tinham um problema em cima da mesa

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque a procura que existia em 2019 e da qual resultara a base para o concurso e a expectativa de aumento da procura, não tivera em conta a pandemia, e à data de hoje, sem contar com as medidas que viriam nas próximas semanas, a procura estava ainda a 70% daquilo que tinha sido a procura em 2019, e previa-se que houvesse um défice tarifário no primeiro ano do concurso, e que a recuperação, na melhor das hipóteses só conseguisse ter reflexos em 2023, atingindo 100%.-----

-----No quadro deste concurso público perspetivava-se um aumento de 20 a 30% face àquilo que seria o aumento da frequência e qualidade da oferta, e, portanto, que houvesse mais utilizadores no transporte público que era o objetivo fundamental numa operação daquela dimensão.-----

-----Previa-se que houvesse no primeiro ano de contrato, portanto a partir de julho de 2022 um défice de 40 milhões na operação, só no primeiro ano, e neste momento os municípios tinham um problema nas mãos porque o cálculo do financiamento desta operação não era só com os montantes dos municípios. Era o montante dos municípios, era o montante da bilhética e o montante dos passes.-----

-----O problema só se resolveria de três formas: uma, que era a que todos os municípios defendiam: existir uma maior comparticipação do PART por via do orçamento do Estado, tendo em conta o decréscimo na procura e não descer aquilo que era a oferta que estava prevista;-----

-----Duas: aumentar o preço dos passes que pensava que ninguém optasse por fazer, a tendência que estava em cima da mesa da discussão coletiva dos 18 municípios, com exceção de Cascais, era baixar para um passe único deixando cair o passe municipal e ficar o passe metropolitano com o preço de 30€, a curto prazo;-----

-----Três: reduzir a oferta que estava prevista iniciar com o aumento generalizado de 40% para toda a operação que no caso de Sesimbra correspondia a 60%.-----

-----Neste momento o trabalho que se estava a fazer, sem prejuízo da primeira opção que para os municípios era fundamental, de existir um maior aumento da comparticipação por via do PART do financiamento do Orçamento de Estado, estava neste momento a ser verificada a possibilidade de haver uma redução, de certa forma de 10%, baixando o aumento geral que estava prevista iniciar a operação de cerca de 140%, + 40% do que a oferta que existia em 2019, genericamente, nos 4 lotes, para um aumento de 30%.-----

-----Os municípios de Sesimbra, Palmela e Mafra iam ser os menos prejudicados porque de facto já tinham que entrar com 1.400.000 euros e agora entravam com 1 milhão, mas tinham menos linhas. Claro que existia sempre uma negociação porque 15 faziam parte da operação. Ficavam de fora Lisboa, Barreiro e Cascais, e existia sempre a tendência do ponto de vista meramente económico, de também haver uma

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

perceção clara de que existiam linhas noutros municípios aqui ao lado, de maior densidade populacional, que eram muito mais rentáveis do que aquelas que eram do concelho de Sesimbra que era a prestação efetiva do serviço público. -----

-----O entendimento a que se estava a chegar e era uma discussão que estava a fazer neste momento na Transporte Metropolitano de Lisboa, era a redução não ir incidir sobre os municípios de baixa densidade que era o caso de Sesimbra, Setúbal e Palmela ou outros com uma redução menor, e incidissem em Municípios com densidade populacional, porque também a quebra de linhas tinha um impacto muito menor do que uma quebra de linhas que se faria nos municípios onde só tinha aquela resposta efetiva de transporte rodoviário. -----

----- Na sua ótica, salvo melhor opinião, por todos os motivos enunciados, a Recomendação não fazia muito sentido. -----

-----Tomando o uso da palavra, a **Deputada Anabela Rocha** disse que a renegociação que se propunha não tinha a ver com delegar ou não delegar competência, mas sim com os critérios financeiros da perequação e acrescentar a esses critérios aspetos como por exemplo a distância rodoviária e a inexistência de outro tipo de transportes. -----

-----Referiu que queria retirar o parágrafo relativamente ao aumento da rede e ao aumento de comparticipação uma vez que os 25 % que o Presidente da CMS dissera que eram possíveis, já era um esforço, que a ser considerado, já era grande. -----

-----Ficando apenas a proposta para renegociar os critérios financeiros da perequação de uma maneira mais favorável a Sesimbra considerando fatores e discriminação positiva como a inexistência de outro tipo de transporte e distância rodoviária a Lisboa. -----

-----Nesta conformidade a Recomendação passou a ter a seguinte redação: -----

-----*“A Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra exigir a renegociação do contrato intermunicipal de delegação de competências de serviços públicos de transporte rodoviário com base nos seguintes pressupostos:-----*

----- *o aumento do preço dos combustíveis, atual e previsível nos 7 anos de duração do contrato -----*

----- *a ausência doutros meios de transporte no concelho para lá do rodoviário -----*

----- *a área do concelho sem que existam outros modos de transporte coletivo além do rodoviário -----*

----- *o facto de ser o concelho cuja sede está mais distante de Lisboa em tempo de viagem rodoviária, agravando-se exponencialmente este tempo em períodos de maior trânsito -----*

-----*Nesse sentido deveria a Câmara Municipal exigir uma discriminação positiva na comparticipação*

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

financeira em relação a outros concelhos.” -----

-----Usou em seguida da palavra o **Presidente da CMS** que referiu que o contrato de delegação de competência que a CMS fizera fora no sentido da AML tramitar a operação de transportes e não o Município de Sesimbra. Portanto o Município delegara a sua competência na área dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa. A AMS aprovava por unanimidade essa delegação de competências. As câmaras e assembleias municipais dos 15 municípios, com exceção daqueles que já tinham operações próprias. -----

-----Num quadro onde a CMS já conseguira reduzir de 1 400 000 para 990 000 euros, conseguir reduzir mais parecia um bocado irrealista. -----

-----Deviam ser razoáveis porque se iam ter um aumento de 60% mais do que aquilo que era a média dos quatro lotes e da operação; o sistema de perequação definido que fora acordado e consensualizado entre todos dava um encargo anual de 1 400 000 euros, Maфра entrara na discussão e conseguira-se reduzir 400 mil euros, e o que a Recomendação pretendia era que o Município batesse o pé aos restantes 14 municípios e dizer que queria pagar menos. Não era razoável. Ele até gostaria do ponto de vista municipal mas não era razoável porque amanhã também poderiam dizer que na distribuição do próximo pacto 2030, o modelo de atribuição de financiamento ao Município de Sesimbra devia ser alterado. -----

-----O Município não podia, para uma distribuição de fundos comunitários, definir umas regras de perequação que tinham sido amplamente discutidas. Tinham começado no mandato passado, durante quase 4 anos, tal como a dos transportes. O município da Amadora tinha 2 ou 3 quilómetros quadrados e não tinha carreiras municipais, eram todas intermunicipais, mas existiam muitos utilizadores do Concelho da Amadora para a operação de transportes. Tinha um valor residual porque tinha 2 quilómetros quadrados e não tinha carreiras municipais. Tinha que se encontrar um modelo.-----

-----Relativamente ao quadro que constava na Recomendação, se a proposta era fazer chegar a Sesimbra um meio-pesado de transporte, essa era uma discussão completamente diferente. A fluvial era difícil, mas Metro se calhar era mais fácil e comboio mais difícil intermédio. Mas as dúvidas aí seriam políticas e não no âmbito de transporte de mobilidade, eram políticas do ponto de vista de uma abertura do concelho e de uma massificação ainda maior. -----

-----Era uma discussão que se podia ter porque também era estratégico, e era um facto dizer que o Município não tinha o transporte de comboio, mas o Concelho tinha uma estação de comboio mais perto da nossa população e do maior núcleo populacional, que era a Quinta do Conde, do que os concelhos onde ela estava instalada. -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Que fazia falta uma passagem desnivelada para lá, isso todos sabiam, e a CMS há muito tempo lutava por ela.-----

-----Esta era uma visão metropolitana e não uma visão territorial do concelho e era assim que devia ser.-----

-----Esperava que o Município conseguisse uma carreira de Sesimbra ou de Alfarim com passagem pela Lagoa de Albufeira até à estação de Coina em 10 minutos de autocarro e seriam só mais 12 minutos até chegar a Lisboa, que era uma carreira que não existia hoje. A carreira Sesimbra-Coina não existia e seria a carreira que teria melhores frequências para sair de Sesimbra para a margem norte.-----

-----A **Deputada Anabela Rocha** precisou que não pretendia que fosse renegociada a delegação de competências, mas relativamente à perequação, que já percebera que fora adotado o modelo de distribuição dos fundos europeus, mas na questão da mobilidade pensava que deveria ter tido um tratamento mais favorável.-----

-----**O Presidente da CMS** ainda referiu que já explicara que a aplicação dos critérios dava um milhão e 400 mil. Tinha sido criada uma cláusula travão, que não fora consensual à partida mas que tinha sido criada para reduzir em 50% esse montante para Sesimbra. Em rigor para Sesimbra só se aplica metade dos critérios. Com os critérios definidos, Sesimbra entrava no sistema com 1 milhão e 400 mil, se Sesimbra entrava com 990.000 euros já tinha havido uma redução que não fora fácil de negociar.-----

-----Ninguém aceitava compensar para Sesimbra até que um concelho, no quadro daquela negociação, dissera que o seu orçamento era muito maior e o valor tinha um impacto residual e como era o principal beneficiário compensava e assumira encargos dos três Municípios para colocar o mesmo dinheiro no sistema na operação. E fora assim que se resolvera.-----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da AMS submeteu à votação a Recomendação atrás transcrita na sua versão alterada, tendo sido rejeitada por maioria, com 22 votos contra (10 CDU, 7 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 BE) e 1 voto a favor da Deputada Independente, a Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Transportes Coletivos/AML”.**-----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a Declaração de Voto que se passa a transcrever:-----

-----*“Melhoria das condições de acesso e utilização no Centro de Vacinação de Sesimbra*-----

-----*O grupo Municipal da CDU absteve se na votação do referido documento porque na prática estava a recomendar à CMS que não fizesse nada mais do que aquilo que já fazia diariamente junto do ACES Arrábida e do Ministério da Saúde.*-----

-----*Por outro lado, os centros de vacinação tinham sido uma situação transitória para o combate da*

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pandemia porque era urgente criar condições para vacinar o maior número de pessoas numa determinada altura. Estava-se a atravessar a quinta vaga e surgia novamente a necessidade de haver um reforço da vacinação. -----

-----E bem assim, a gestão dos centros de vacinação não compete às autarquias, mas sim aos ACES, no caso de Sesimbra ao ACES Arrábida. -----

-----E, por persistirem algumas dúvidas sobre o documento pelo que se propôs que a Recomendação baixasse à Comissão “3” com o objetivo de poder ser melhorada, o que não foi aceite pelo proponente, daí a nossa abstenção.” -----

*-----Continuando os trabalhos, o **Presidente da AMS** abriu o debate da Recomendação à Câmara Municipal com o título “Melhoria das condições de acesso e utilização no Centro de Vacinação de Sesimbra”, do Grupo Municipal do BE, e que o Deputado Carlos Macedo apresentou: -----*

-----“No momento em que assistimos a um crescimento do número de casos de SARS-COV2, entendemos que o trabalho de reforço da vacinação, nomeadamente na população mais frágil ao vírus, como os idosos ou aqueles que sofrem de outras patologias, é absolutamente fulcral para o bem-estar da população. -----

-----O esforço para que seja ministrada a dose de reforço da vacina é determinante nesse combate. Nunca é de mais louvar o esforço de todos os profissionais de saúde no combate à doença, mas também na concretização das metas estabelecidas para a vacinação. -----

-----A abertura, do há tanto tempo preparado, centro de vacinação de Sesimbra contra a covid19 foi uma realidade recente. No entanto, tem-nos chegado queixas de munícipes quanto a algumas fragilidades neste centro. Desde logo nos tempos de espera, mas também nas condições da infraestrutura e nas falhas de informação aos munícipes. -----

-----Compreendendo que, por exemplo em comparação com o centro de vacinação Covid da Quinta do Conde, existem limitações óbvias que decorrem da menor área deste centro situado na sede do concelho. Existem, porém, alguns cuidados que agora devem ser relevados e que não eram determinantes nos outros períodos de vacinação anteriores. O facto de estarmos em momento de condições meteorológicas mais adversas, como o frio e a chuva, aconselharia cuidados redobrados na criação das condições de conforto mínimas para que os munícipes procedam à sua vacinação. -----

-----Por outro lado, tem-nos chegado outras queixas sobre o facto de a informação sobre os horários do regime aberto não estarem suficientemente divulgadas. -----

-----Assim, e em face do exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 26 de novembro de

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

2021, vem recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra e às autoridades sanitárias que tomem medidas que melhorem as condições de acesso e utilização no centro de vacinação de Sesimbra, de forma a que seja dado melhores condições de conforto e proteção às condições meteorológicas e que seja feito um esforço na melhoria da informação aos munícipes sobre o funcionamento do centro, para sua melhor e mais regrada utilização. -----

-----Em simultâneo, propomos também que se equacione a abertura de um outro centro de vacinação no concelho, que poderia passar pela reabertura do centro de vacinação da Quinta do Conde que tão boa conta deu aquando da toma das 1ª e 2ª doses. -----

-----Dar conhecimento da presente recomendação: -----

-----Ministra da Saúde; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; ACES Arrábida; Câmara Municipal de Sesimbra e Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.” -----

*-----Usou depois da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que em nome do GM da CDU sugeriu que a Recomendação baixasse à Comissão “3” porque na prática estava a recomendar à CMS que não fizesse nada mais do que aquilo que já fazia diariamente junto do ACES Arrábida e do Ministério da Saúde.* -----

-----O Deputado Carlos Macedo não estivera no último mandato, mas muitas vezes o Presidente da CMS fora questionado sobre a matéria e muitas vezes transmitira as démarches que ia tendo junto do Ministério da Saúde do ACES Arrábida e do próprio delegado de saúde. -----

-----Por outro lado, os centros de vacinação tinham sido uma situação transitória para o combate da pandemia porque era urgente criar condições para vacinar o maior número de pessoas numa determinada altura. Estava-se a atravessar a quinta vaga e surgia novamente a necessidade de haver um reforço da vacinação. -----

-----Acrescentou que não sabia se os centros de vacinação seriam a resposta adequada neste momento porque na sua opinião os centros de saúde eram os locais com mais proximidade das populações, e em Sesimbra existiam 3 unidades de saúde - Santiago, Castelo e Quinta do Conde - e se a vacinação passasse para os centros de saúde possivelmente o processo poderia ser mais eficaz e os tempos de espera menores. -----

-----Era por esta razão e por persistirem dúvidas que propunha que a Recomendação baixasse à Comissão “3” com o objetivo de poder ser melhorada. -----

-----Referiu depois que a gestão dos centros de vacinação não competia às Autarquias, mas aos ACES e no caso de Sesimbra ao ACES Arrábida. -----

----- Os municípios, de facto, tinham instalado os centros de vacinação com recursos dos seus

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

próprios orçamentos e muitas vezes não eram ressarcidos. -----

-----Tomando o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** respondeu que não lhe parecia fazer sentido baixar à Comissão até porque perderia o efeito porque se estava a viver a quinta vaga, e alguns dos argumentos, na sua opinião, podiam não ser acolhidos porque se podia garantir a proximidade das populações dos centros de saúde e das unidade de saúde familiar, também se poderia aglomerar muitas pessoas e isso não seria benéfico, olhando por exemplo para a Unidade de saúde familiar em Sesimbra, onde seria um caos. -----

-----Não era uma proposta impositiva, mas sim uma recomendação à CMS e às autoridades sanitárias, sabendo de antemão do esforço que a CMS vinha fazendo e louvando os agentes de saúde que depois agilizavam o processo. A Recomendação era no sentido de deixar um alerta a algumas situações que não estavam precavidas, daí não referir que isso acontecia por culpa da Câmara que não tinha culpa se chovia ou estava frio, mas a verdade é que se devia acautelar essas situações e achava que a Recomendação devia ser submetida a votação.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da AMS colocou à votação a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Melhoria das condições de acesso e utilização no Centro de Vacinação de Sesimbra” tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor (7 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 Deputada independente) e 10 abstenções da CDU.**-----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Recomendação à Câmara Municipal com o título “Transportes Coletivos/AML” da autoria da Deputada Municipal Independente -----

-----O grupo municipal da CDU votou contra este documento por entender que a sua apresentação é completamente descontextualizada visto a operação de transportes da AML já ter iniciado o seu processo de implantação e, por outro lado, as atribuições financeiras desta operação já estarem definidas. -----

-----Sendo que o Município de Sesimbra tem nesta operação o encargo de cerca de 1 milhão de euros, (990.000 € anuais) durante o período de 7 anos e a AMS deliberou por proposta da CMS prolongar até aos 10 anos, por via da operação também se ter estendido no tempo, o programa de apoio à redução tarifária que foi iniciado de imediato, tinha na aplicação desses critérios, o montante da operação de 1,4 milhões de euros. Foi este o resultado obtido por via do sistema de perequação, para o Município de Sesimbra e para os outros todos municípios, o que no caso de Sesimbra é claramente compensador.”-----

-----Terminado o debate e votação dos documentos solicitou o uso da **palavra a Deputada Anabela Rocha** que leu os seguintes protestos: -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Solicitei relativamente a diversos assuntos o uso da palavra em protesto:-----
-----Protesto pela forma como os Presidentes cessante e atual desta Assembleia tentaram respetivamente publicitar na tomada de posse, e depois fazer circular por email, uma posição do MSU a desvincular-se de mim, tendo ambas as intenções recuado apenas quando solicitei o uso da palavra em protesto. Em Portugal os deputados representam quem os elege e não os respetivos partidos ou movimentos não havendo assim qualquer lugar à divulgação pelas Assembleias de posições relativas à relação entre os deputados e esses partidos ou movimentos. Tratando-se dum documento de desvinculação exprimiria posições críticas da minha pessoa que, a serem divulgadas sem contraditório e fora das competências legais, e na sequência de fortes críticas ao executivo, só posso interpretar como tentativa de assédio ou bullying. -----
-----Protesto por não ter sido ainda iniciada a revisão dum Regimento que é omissivo quanto aos deputados independentes, tendo eu mesma apresentado a minha proposta já no dia 18 de Outubro. ----
-----Protesto pela exigência e publicitação de email institucional sediado em domínio de internet da Câmara para deputados de partidos e movimentos diferentes dos do executivo visto que é como ter uma caixa de correio aberta na casa dum adversário político, não respeitando a privacidade das comunicações. Protesto pela Câmara Municipal insistir em não responder especificamente se está ou não a cumprir as formas de gestão do trabalho dos serviços camarários exigidas por lei respeitantes ao requerimento que fiz, e fingir confundir este assunto com o escrutínio da atividade municipal em geral. Por outro lado aprova um programa de auditorias em que paga a alguém de fora para tentar obrigar os serviços e os seus dirigentes a funcionarem como a lei já diz que devem funcionar: capacidade de escutar todos os trabalhadores envolvidos, capacidade de se autoavaliarem, capacidade de proporem e avaliarem melhorias. Essas auditorias desvirtuam ainda o serviço público pois vêm os cidadãos como clientes duma empresa e não como utilizadores dum serviço que lhes pertence. -----
-----Protesto pela ausência de resposta da Câmara Municipal à incompletude da subdelegação de competências nos vereadores Felícia Costa e Miguel Fernandes, pois os despachos identificam apenas subdelegação de competências próprias de todos os pelouros e não específicas dos pelouros atribuídos, como exigido por lei. Refiro-me ao pelouro de ação social, saúde e habitação e do pelouro de tecnologias de informação.” -----
-----**O Presidente da AMS** lembrou que a figura do Protesto estava prevista no Regimento da AMS assim como estava prevista a figura da Defesa da Honra. -----
-----No primeiro ponto do protesto a Deputada Anabela referira-se ao atual Presidente da AMS e

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

portanto cumpria-lhe, não a um comentário, mas a utilizar a figura da defesa da honra acerca do que constava do protesto e prendia-se com a publicitação e divulgação de um comunicado do Movimento Sesimbra Unida (MSU) pelo qual a Deputada era candidata, que de facto remetera à Assembleia Municipal ainda no período após eleições autárquicas e antes da instalação da AMS e da CMS, ainda com a Dra. Odete Graça como Presidente da AMS, que exarara o despacho não aceitando que o comunicado fosse lido na cerimónia e que posteriormente à cerimónia de instalação dos órgãos, caso fosse esse o entendimento, seria difundido pelos deputados e deputadas da AMS.-----

-----Entretanto ocorrera a cerimónia de tomada de posse e à medida que ele próprio se foi inteirando da documentação, esse comunicado chegou ao seu conhecimento e muito antes de qualquer iniciativa por parte da Deputada em causa, porque o Presidente da Assembleia Municipal não cedia a pressões nem sequer as admitia, o documento tivera o seguinte despacho: "Arquive-se este assunto pois o mesmo já foi difundido vezes sem conta pelo seu emissor através das redes sociais. Não vai ser via Assembleia Municipal que qualquer deputado receberá esta informação". -----

-----Não iria perguntar se algum dos deputados recebera esse documento via Assembleia ou através do seu *e-mail*, porque seria constrangedor demais. Portanto o assunto estava encerrado.-----

----- Relativamente à obrigatoriedade de se usar o *e-mail* institucional, referiu que a partir do momento em que a AMS disponibilizava uma ferramenta de trabalho individual, porque em muitas assembleias municipais era disponibilizado um e-mail para cada Grupo Municipal, mas a de Sesimbra disponibilizava um e-mail pessoal institucional para cada um dos deputados e presidentes de junta, o que fora informado, aquando do envio das credenciais, era que a comunicação entre o órgão AMS e os deputados seria feita através dessa via. Era esta a ferramenta que a AMS utilizava para difundir toda a informação aos Deputados. -----

-----Se os Deputados quisessem trocar *emails* pessoais uns com os outros ou se criassem emails para esse efeito, isso seria da inteira responsabilidade dos mesmos.-----

-----Ressalvou o facto de se estar a disponibilizar uma ferramenta de trabalho para facilitar a todos, serviço de apoio, Mesa e Deputados.-----

-----Concluiu dizendo que ficava por ali na questão da defesa da honra porque a honra que fora defendida não fora só a sua, mas do Órgão que merecia de todos o maior respeito.-----

-----Deu em seguida início ao Período da Ordem do Dia que tinha como primeiro ponto **"Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal"**. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Deputada Anabela Rocha** solicitou em seguida a palavra para fazer um contraprotesto, tendo o **Presidente da AMS** informado que a declaração que apresentara fora em Defesa da Honra e o Regimento não previa qualquer figura de argumentação. Se a Deputada pretendia fazer um contra protesto seria ao Protesto que a Deputada apresentara anteriormente, questionando a Deputada se era isso que pretendia.-----

-----A Deputada respondeu que não.-----

-----Prosseguindo os trabalhos o **Presidente da AMS** informou que o ponto 1 da Ordem do Dia “Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal” tinha sido um assunto debatido na Comissão de Líderes dos Grupos Municipais à luz do Regimento em vigor, e acrescentou que o que a AMS iria deliberar numa votação única seria a constituição numérica das Comissões, com exceção da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais (Comissão 1) cuja composição era definida no próprio Regimento.-----

-----Passou depois a ler a proposta de Constituição das Comissões ouvidos os Líderes dos Grupos Municipais, ao abrigo do art.º 67º:-----

-----Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão 2)-----

-----Composta por 7 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 2 elementos do PPD/PSD e 1 elemento do BE;-----

-----Comissão Sociocultural (Comissão 3)-----

-----Composta por 7 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elementos do CHEGA; 1 elemento do PPD/PSD e 1 elemento do BE;-----

-----Comissão de Desenvolvimento Económico (Comissão 4)-----

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA; 2 elementos do PPD/PSD e 1 elemento do BE;-----

-----Comissão de Administração e Finanças Autárquicas (Comissão 5)-----

-----Composta por 7 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA e 2 elementos do PPD/PSD;-----

-----Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança (Comissão 6)-----

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA; 2 elementos do PPD/PSD e 1 elemento do BE;-----

-----**O Presidente da AMS** recordou que à luz do Regimento, cada Deputado podia integrar, simultaneamente e como efetivo, até duas Comissões Permanentes, excetuando-se os deputados em que a composição numérica do Grupo Municipal o impedisse, sendo nesta situação possível a cada Deputado

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desse Grupo Municipal integrar o máximo de cinco Comissões Permanentes. -----
-----O que se estava a votar era apenas a composição numérica.-----
-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha** que disse que de acordo com o art.º 67º do Regimento o Presidente da AM deveria ter comunicado aos deputados o prazo para constituir as comissões e inquirir sobre a sua disponibilidade. Este comunicado não tinha sido feito e sendo a primeira vez que estava a ver aqueles elementos gostaria de manifestar a sua disponibilidade em integrar Comissões.-----
-----**O Presidente da AMS** respondeu que nos termos do n.º 4 do art.º 67º do Regimento da AMS que ainda estava em vigor “*A indicação dos Deputados (as) Municipais, efetivos e suplentes, para as Comissões compete aos respetivos Grupos Municipais e deve ser efetuada no prazo fixado pela Assembleia Municipal ou pela Presidente.*” Concluiu dizendo que a Deputada Anabela Rocha não integrava qualquer Grupo Municipal.-----
-----**A Deputada Anabela Rocha** respondeu que duvidava que à luz da lei geral eleitoral não pudesse ser membro das Comissões pelo facto de não pertencer a um Grupo Municipal. Concluiu dizendo que iria fazer chegar ao Presidente da AMS, a Lei que a permitiria pertencer às Comissões. -----
-----**O Presidente** agradeceu que a fizesse chegar.-----
-----**Colocada à votação a proposta atrás identificada foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 BE) e 1 voto contra da Deputada Independente, que prestou a seguinte Declaração de Voto:**-----
-----“*A deputada Anabela Rocha votou contra esta proposta de constituição por considerar ilegal a sua exclusão de todas elas.*-----
-----*De facto, o art.º 180º da Constituição Portuguesa diz o seguinte no seu ponto 4. Aos Deputados não integrados em grupos parlamentares são assegurados direitos e garantias mínimos, nos termos do Regimento. [Este artigo leva a que os constitucionalistas considerem que o regime dos deputados parlamentares é a matriz dos demais regimes dos deputados de outras assembleias políticas.]*-----
-----*Atentando então no Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020 constatamos o seguinte no seu Artigo 4º:*-----
-----*2 - Para o regular exercício do seu mandato constituem poderes dos Deputados:*-----
-----*a) Tomar lugar nas salas do Plenário e das comissões parlamentares e usar da palavra nos termos do Regimento;*-----
-----*b) Desempenhar funções específicas na Assembleia;*-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----c) *Propor alterações ao Regimento.*-----

-----*Acresce que a Lei 5-A/2002, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, reconhece claramente o estatuto dos independentes como deputados municipais: Artigo 46.º-B, 4 - Os membros que não integrem qualquer grupo municipal comunicam o facto ao presidente da assembleia e exercem o mandato como independentes.*-----

-----*O atual Regimento desta Assembleia Municipal, diga o que disser ou omita o que omitir, não pode sobrepor-se a esta legislação mas deve antes ser revisto para a acompanhar.*-----

-----Continuando os trabalhos **o Presidente da AMS** informou que do ponto 2 até ao ponto 10 da Ordem do Dia seriam realizadas eleições por escrutínio secreto. Assim sendo, por uma questão de metodologia, as votações seriam feitas em 3 momentos, o 1.º dizia respeito às eleições dos coordenadores das Comissões, o 2.º às eleições que envolviam os Presidentes de Junta de Freguesia, e o 3.º momento era respeitante à eleição dos representantes da AMS nas diversas entidades. -----

-----Deu depois início ao 2.º ponto da Ordem do Dia “**Eleição dos Coordenadores das Comissões Permanentes**”, informando que o Serviço de Apoio iria distribuir 5 boletins de voto (5 Comissões), a cada deputado, sendo que cada boletim continha os nomes dos deputados em efetividade de funções e teria uma cor diferente. O critério das cores também seria utilizado nos conjuntos das outras eleições de modo a facilitar o apuramento dos resultados. -----

-----**O Deputado Ricardo Mendes** informou que para coordenação da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, o GM do PS indicava o Deputado Paulo Caetano e para coordenação da Comissão de Desenvolvimento Económico, a Deputada Luisa Carvalho. -----

-----Foram de imediato distribuídos os boletins de voto para as eleições dos Coordenadores/as por escrutínio secreto. -----

-----Recolhidos os boletins de voto, **o Presidente da AMS** informou que do total de 24 deputados, presentes no início dos trabalhos, a Deputada Claudia Mata já se ausentara da reunião e a Deputada Anabela Rocha não quisera exercer o direito de voto na eleição dos Coordenadores, o que significava que cada votação para a eleição dos Coordenadores das Comissões tinha um universo de 22 votos. -----

-----Deu em seguida conhecimento dos seguintes resultados:-----

-----**A Assembleia Municipal elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 20 votos, para Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão 2) o Deputado Paulo do Carmo de Sá Caetano.** -----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Deputada Madalena Serra obteve 1 voto e verificou-se ainda 1 voto em branco, -----
-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 19 votos, para Coordenador da Comissão Sociocultural (Comissão 3) o Deputado Rui João Graça Rodrigues.** -----
-----A Deputada Sandra Carvalho obteve 1 voto, a Deputada Madalena Serra obteve 1 voto e verificou-se ainda 1 voto em branco. -----
-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 20 votos, a Deputada Luísa Margarida Cagica Carvalho, para Coordenadora da Comissão de Desenvolvimento Económico (Comissão 4).** -----
-----A Deputada Madalena Serra obteve 1 voto e verificou-se ainda 1 voto em branco. -----
-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 18 votos, o Deputado Vítor Ribeiro Antunes, para Coordenador da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas (Comissão 5).** -----
-----Verificou-se também 1 voto no Deputado Carlos Oliveira e 3 votos em branco.-----
-----**Elegeu, por escrutínio secreto e por maioria, com 19 votos, o Deputado Carlos Filipe Pereira de Oliveira, para Coordenador da Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança (Comissão 6).**-----
----- O Deputado Vítor Antunes obteve 1 voto e constataram-se ainda 2 votos em branco. -----
-----Concluídas as eleições dos Coordenadores das Comissões Permanentes, **o Presidente da AMS** desejou um bom trabalho a todas as Comissões e um contributo importante para o bom funcionamento da AMS.-----
-----Prosseguindo a Ordem do Dia deu início ao 3º Ponto da Ordem do Dia - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto.-----
-----Recolhidos os boletins de voto, constatou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, verificados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 18 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, 1 voto expresso na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, 1 voto em Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, 2 votos em branco e 1 voto nulo. -----
-----**Nesta conformidade, ficou designado como Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da Junta da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz.** -----
-----Encerrado este ponto da Ordem do Dia Trabalhos, o Presidente da AMS deu início ao ponto 4º da Ordem do Dia “**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra**”, passando-se, em seguida, à ao apuramento do

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

resultado da eleição, por escrutínio secreto. -----

-----Verificou-se a entrada de 23 boletins na urna, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 21 votos expressos na Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, 1 voto em Laura Maria Pinto Correia e 1 voto em branco.-----

-----**Nesta conformidade, foi eleita para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Sesimbra, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.** -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto 5º da Ordem do Dia “**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias, no Conselho Municipal de Educação**” passando-se, em seguida, ao apuramento do resultado da eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes. -----

-----Contados os mesmos, apurou-se o seguinte resultado: 21 votos expressos na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, 1 voto em Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, e 1 voto em branco.-----

-----**Nesta conformidade, foi eleito para integrar o Conselho Municipal de Educação, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia.**-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto 6 “**Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal**”, passando-se ao apuramento do resultado da eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se verificou o seguinte resultado: 21 votos expressos na Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, 1 voto em Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz e 1 voto em branco. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleita a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, para integrar o Conselho Cinegético Municipal**”.-----

-----Prosseguindo a Ordem do Dia o Presidente da AMS deu início ao 8º Ponto da Ordem do Dia - **Revisão do PDM de Sesimbra – Conselho Consultivo Municipal – eleição do representante da Assembleia Municipal**, tendo sido distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto.

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Recolhidos os boletins de voto, constatou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, verificados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 14 votos expressos no Deputado Vitor Ribeiro Antunes, 1 voto em João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, 1 voto em Rui João Graça Rodrigues, 1 voto em Paulo do Carmo de Sá Caetano e 6 votos em branco. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito Representante da AMS no Conselho Consultivo Municipal da Revisão do PDM de Sesimbra, o Deputado Vitor Ribeiro Antunes.**-----

-----Continuando a Ordem do Dia o Presidente da AMS deu início ao 9º Ponto da Ordem do Dia - **Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra**, passando-se ao apuramento do resultado da eleição, por escrutínio secreto. -----

-----Verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se verificou o seguinte resultado: 20 votos expressos no Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, 1 voto em Paulo do Carmo de Sá Caetano e 2 votos em branco. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito o Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso na “Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra”.**-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto 10 **“Designação de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil”**, passando-se ao apuramento do resultado da eleição, por escrutínio secreto. -----

-----Verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se verificou o seguinte resultado: 17 votos expressos no Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, 3 votos na Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, 1 voto na Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, e 2 votos em branco.-----

-----**Nesta conformidade, foi eleita o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.**-----

-----Terminadas as eleições por escrutínio secreto o **Presidente da AMS** declarou aberto o debate do ponto 11º da Ordem do Dia **“Delegação de competências da Assembleia Municipal no Presidente da**

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal – Assunção de compromissos plurianuais – Autorização prévia” cedendo o uso da palavra ao Presidente da CMS para fazer a apresentação da proposta. -----

-----**O Presidente da CMS** informou que resultava da Lei das Autarquias Locais, a AMS poder delegar no Presidente da Câmara, a competência de autorização prévia prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, para a assunção de compromissos plurianuais de montante inferior a 99.759,58 euros. Era uma prática habitual e a CMS deliberara remeter a proposta.-----

-----Não se verificando pedidos de **intervenção o Presidente da AMS colocou à votação a proposta da CMS tendo a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberado por unanimidade, autorizar a delegação no Presidente da Câmara, Francisco Manuel Firmino de Jesus, da competência de autorização prévia prevista na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, para a assunção de compromissos plurianuais de montante inferior a 99.759,58 euros, cuja autorização não tenha sido dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA, na redação atual.**

-----De seguida **o Presidente da AMS** deu início ao último ponto da Ordem do Dia “**Dirigentes – Despesas de representação**”, e também sobre este assunto **o Presidente da CMS** referiu que era uma matéria que decorria da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e vinha sendo a prática do executivo solicitar à AMS a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de diretor de departamento e de chefe de divisão.-----

-----Não se verificando qualquer pedido de intervenção, **o Presidente da AMS submeteu à votação a proposta da CMS tendo a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, aprovado, por unanimidade, a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de diretor de departamento e de chefe de divisão, nos seguintes termos:**-----

-----**a) Que aos diretores de departamento seja abonado, a título de suplemento mensal por despesas de representação, o montante, atualmente em vigor, de 312,15€ (trezentos e doze euros e quinze cêntimos);**-----

-----**b) Que aos chefes de divisão seja abonado, a título de suplemento mensal por despesas de representação, o montante, atualmente em vigor, de 195,37€ (cento e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos).**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem do Dia”, e foi solicitado pelo **Rui João Graça Rodrigues** a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

Ata nº3 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram três horas e trinta e cinco minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----